

REVISTA SAÚDE

JUNHO - JULHO 2014 - ANO 5 - ED. 6



PASSEATA PAULISTA DA SAÚDE

Profissionais da saúde cansaram de esperar por melhores condições de trabalho e população cansou de esperar nas filas de atendimento dos hospitais. Juntos, eles saíram às ruas e exigiram mais saúde para todos.

QUANDO DERRUBAMOS UMA ÁRVORE
A DESTRUIÇÃO É MAIOR DO QUE PARECE.

oceanico



5 DE JULHO - DIA INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE



ÍNDICE

Revista Saúde
Edição 6
Ano 5

- 4** Editorial
- 5** Carta do leitor
- 6** Especial - Passeata Paulista da Saúde leva trabalhadores e população para as ruas
Opinião - A importância de participar da passeata
- 14** Trabalhadores são homenageados em sessão solene na Alesp
- 26** Projetos da área da saúde continuam esperando ser sancionados
Opinião - A luta para a aprovação dos projetos 30 Horas e Piso Nacional
- 30** Federação luta e garante retorno do piso estadual para a área da saúde
- 33** Implantação da NR-32 é discutida em Brasília
- 36** Presidente da Federação recebe título 'Tenente-coronel Francisco Lourenço Cintra'
- 38** Sintrasaúde recebe selo comemorativo dos Correios
Opinião - Homenagem aos 75 anos de história da entidade
- 40** TST defende a volta da contribuição assistencial
- 43** Centrais sindicais denunciam Ministério Público brasileiro à Organização Internacional do Trabalho
- 44** Pela primeira vez, planos de saúde não são perdoados
- 47** Unicidade sindical garante organização e evolução das entidades
Opinião - Unicidade sindical x liberdade sindical
- 50** Prosus promete salvar as Santas Casas, mas não a saúde
- 54** Endometriose, uma doença que atinge 6 milhões de mulheres no Brasil
Opinião - Endometriose e as políticas de saúde pública
- 58** Pesquisa revela queda de fumantes no Brasil
Opinião - Número de fumantes diminuiu. Já podemos comemorar?
- 62** Eleições 2014, seu voto vale muito
Opinião - Participação política: a hora é agora
Opinião - A importância dos trabalhadores da saúde na política brasileira

Chegou a hora do Mais Profissionais da Saúde para tirar o setor do nível caótico

Os trabalhadores da saúde mostraram que a população tem motivos de sobra para se preocupar. Liderados pela Federação paulista da Saúde, que representa perto de 700 mil profissionais no Estado, eles denunciaram, por meio da 3ª Passeata Paulista da Saúde, o caos instalado no setor e como o déficit de pessoal vem deteriorando os sistemas de saúde público, privado e filantrópico.

O que era um protesto silencioso dentro dos hospitais começa a ganhar novo peso. Técnicos e auxiliares de enfermagem, enfermeiros e demais profissionais vão à greve para protestar e pedir socorro para uma situação poucas vezes vista em décadas passadas: a falta de profissionais para que se possa dar atendimento minimamente aceitável aos pacientes. Isto pode ser comprovado pela espera de atendimento de até 14 horas nos casos do surto de dengue que vemos todos os dias.

Infelizmente, no Brasil, a má qualidade da saúde pública parece uma doença contagiosa. A situação desastrosa dos hospitais mantidos pelo governo para atendimento por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) se propaga para as entidades filantrópicas que dão suporte ao sistema, como as Santas Casas e Beneficências e, agora, chega ao setor privado.

Qualquer coisa minimamente melhor que o SUS já é considerada boa até que os usuários sejam surpreendidos por uma estrutura hospitalar com falhas, que os nivelam pelo que há de pior no setor. Enquanto a população não cobrar atendimento de qualidade vai continuar comprando planos de saúde em hospitais com um déficit de, no mínimo, 25% de funcionários e em estruturas

precárias, sem materiais básicos e equipamentos.

Este é um fato real na grande maioria dos estabelecimentos de saúde.

É preciso saber que o Sistema Único de Saúde é mantido pela população, por meio de descontos efetuados nos salários e/ou embutidos em produtos e serviços na forma de impostos. É preciso cobrar retorno à altura, senão a população vai continuar a pagar caro por uma saúde sem qualidade.

Determinar a quantidade correta de funcionários por leito num hospital é possível e existe legislação pertinente ao assunto. O Sistema de Classificação de Pacientes (SCP), normatizado pela Resolução 293, publicada em 2004 pelo Conselho Federal de Enfermagem, delimita o número de funcionários, tendo por base uma categorização do paciente, que leva em conta o seu grau de dependência em relação à assistência de enfermagem. Só precisa ser levado a sério pelos estabelecimentos de saúde. Deixar um hospital carente do mínimo de pessoal necessário ao bom atendimento é, no mínimo, falta de responsabilidade, para não dizer um crime. É fundamental que os gestores da saúde passem a incorporar a necessidade de respeitar esta classificação, que foi elaborada com base em conhecimentos científicos mundiais para instrumentalizar a prática clínica. Até que isto aconteça, convidamos os profissionais da saúde e a população para integrar esta batalha, que visa o bem maior, que é a preservação da saúde e da vida de cada cidadão brasileiro.



Edison Laércio de Oliveira - presidente



Cartas do Leitor

“Com a alegria em cumprimentá-los e aproveitando para parabenizá-los pelo trabalho e missão, quero agradecer o envio da publicação das revistas Saúde e Em Cena ao nosso escritório.

A imprensa é sinônimo de voz, de informação e quanto mais a sociedade estiver informada, mais o nosso povo poderá agir com consciência e decidir com determinação. Esta é a base da democracia, lembrando que vida pública, como o próprio nome diz, é de todos nós e, com este sentimento, quero fazer cumprir nossa missão como representantes da população.

Aprovo para deixar nosso trabalho e mandato à disposição, renovando nossa admiração e apreço.”

Célia Leão - deputada estadual

“Todos nós sabemos da importância das Santas Casas para a população, visto que poucas pessoas têm condições de pagar um plano de saúde particular. Pelo que observei, nas matérias da revista Saúde, edição 5, a Federação faz um brilhante trabalho sobre o programa do governo para protelar as dívidas das Santas Casas, aumentando o número de atendimento. Tem que investir é nos profissionais, pois são eles que estão na linha de frente para atender a população.”

Carmen Sílvia Damascio G. Santos – Rio Claro

U “Defender os trabalhadores diante dos órgãos governamentais é nosso dever de cidadão. E foi o que me levou a participar da passeata que eles fizeram em maio juntamente com os seus sindicatos e clamando à população para participar, mas parece que a população não está tão preocupada em defender aqueles que cuidam de sua saúde. Só sabe criticar quando precisa de seu atendimento e tem que esperar na fila porque não tem funcionário suficiente para atender à demanda, como foi a epidemia de dengue aqui em Campinas. Então, penso que a população deve cobrar de seus governantes melhores condições de trabalho para estes ‘anjos’ que nos atende quando estamos fragilizados, senão a saúde vai piorar.”

Soraya Cristina F.R. Augusto - Campinas



3ª PASSEATA PAULISTA DA SAÚDE

MOVIMENTA O ESTADO

por Vera Bison

O Brasil tem vivido momentos históricos, em que manifestações, passeatas, protestos demonstram que a população está cansada de ser enganada, menosprezada e desrespeitada. Uma oportunidade que despertou no povo e, principalmente nos jovens, o desejo de mudanças, o interesse pela reforma política e a luta pelos seus direitos. Isto tudo reflete no estado mental e emocional dos brasileiros. A cultura e o movimento de um povo estão diretamente ligados aos comportamentos, às formas de lidar com as situações de conflitos e de conquistar uma vida melhor.

Uma nação unida, em busca de melhorias, significa pessoas trocando informações e se mobilizando para exigir seus direitos e também os dos outros. Neste contexto surge a oportunidade das pessoas com os mesmos objetivos se juntarem e fazer valer suas reivindicações. Com este intuito, a Federação da Saúde do Estado de São Paulo promoveu, no



Araraquara



Sorocaba

sábado, 10 de maio, a 3ª Passeata Paulista da Saúde. O movimento aconteceu simultaneamente em 30 cidades do Estado e teve por objetivo atrair os olhares da sociedade e dos empresários de saúde para promover a saúde que todos os brasileiros merecem. “Quando se

diz saúde, queremos dizer a melhoria da infraestrutura não só física, mas também humana para melhor atender a população, isto é, valorização e respeito aos trabalhadores da



Rio Claro



Santos

saúde, que são a sustentação de um estabelecimento de saúde”, diz o presidente da Federação, Edison Laércio de Oliveira. Ele destaca que a entidade está trabalhando para o crescimento deste movimento, mas ainda é necessária a conscientização dos trabalhadores e da população para que a saúde seja melhorada. “Nós nunca sabemos quando ficaremos doentes e vamos precisar contar com o atendimento de um profissional da saúde. Queremos ser bem atendidos e, para isso, é preciso haver qualidade de



“... não adianta investimento em equipamentos se não tem profissionais para cuidar dos doentes.”

Erika de Oliveira Guimarães
auxiliar administrativo



Presidente Prudente



Mogi Guaçu



Jundiá



Itapira



Dracena



Jau



Araras



São João da Boa Vista



Amparo

trabalho para estes profissionais. É preciso haver participação ativa da população e mobilização da categoria. Não adianta só reclamar. Para mudar é preciso lutar”, alerta ele.

Nas cidades, como Campinas, Sorocaba e São José dos Campos, houve uma participação expressiva de participantes, que buscam melhorar a saúde brasileira e acredita que os investimentos nesta área têm que começar pelos profissionais que dão suporte aos pacientes. É o caso da Erika de Oliveira Guimarães, que trabalha como auxiliar administrativo na PUC-Campinas. “Os profissionais da saúde têm que ser mais valorizados, pois são eles que estão diretamente em contato com as pessoas quando estão hospitalizadas; não adianta investimento em equipamentos se não tem profissionais para cuidar dos doentes. É preciso lutar para que a saúde deixe de ser precária”, diz. Como ocorreu nas edições anteriores, os trabalhadores da saúde clamam por salários dignos, aprovação do projeto

30 horas para o setor de enfermagem, dimensionamento de pessoal, entre outros direitos que propiciem mais segurança e saúde ao ambiente de trabalho, como a implantação da NR-32, “porque trabalhador doente, não pode oferecer atendimento de qualidade aos pacientes. A vida é o bem mais precioso que temos e a saúde tem que ser levada a sério para fortalecer este bem”, diz Luiz Carlos Vergara, diretor de Comunicação da Federação. Ele destaca que quando há mobilização é possível mudar. Ele se lembra do movimento de 1992, quando mais de 750 mil ‘caras-pintadas’ foram às ruas pedir a renúncia de Fernando Collor de Mello da Presidência da República, o 1ª presidente eleito após o fim do regime militar, e conseguiram. “Isto prova que quando a população se une, as mudanças acontecem. Então,





Franca



Bragança Paulista



Espírito Santo do Pinhal



São José dos Campos

“A vida é o bem mais precioso que temos e a saúde tem que ser levada a sério para fortalecer este bem.”

Luiz Carlos Vergara
diretor de Imprensa e Divulgação da
Federação da Saúde do Estado de São Paulo



se queremos um sistema de saúde melhor neste País e mais humanizado é preciso se mobilizar”, alerta ele, lembrando-se de que não adianta mais médicos, se não tiver profissionais da enfermagem para dar o devido suporte.

A 3ª Passeata Paulista da Saúde aconteceu nas cidades de Americana, Amparo, Araraquara, Araras, Atibaia, Bragança Paulista, Campinas, Dracena, Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista, Marília, Garça, Itapira, Itu, Indaiatuba, Jundiaí, Limeira, Mogi Guaçu e Tupã. A mobilização também aconteceu nos municípios de San-

tos, Franca, São José dos Campos, Araçatuba, São José do Rio Preto, Jaú, Bauru, Sorocaba, Piracicaba, Rio Claro e Presidente Prudente.



Campinas

A Importância da participação na 3ª Passeata Paulista da Saúde

Por Milton Sanches

Presidente do Sindicato da Saúde de Sorocaba e Região e diretor de Relações Intersindicais da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Diz um velho ditado que quem não aparece não é lembrado, por isso precisamos sempre nos lembrar da importância do trabalhador da saúde no contexto da nossa sociedade. Precisamos nos conscientizar de que nós somos uma parcela importante quando se fala em saúde de uma forma geral.

Nada se materializa se o trabalhador da saúde não estiver inserido, seja ele do setor de enfermagem, serviços gerais, escritório, manutenção, enfim, quem realmente faz a engrenagem girar e são estes os trabalhadores da linha de frente, que medica, acolhe, conforta e não tem o reconhecimento dos políticos, patrões e, via de regra, só são lembrados quando deixam de ser

A Passeata Paulista da Saúde serviu para manter viva na mente da população o que passamos no dia a dia e que esta profissão tão nobre não tem sequer um piso nacional ...”

patrões ou políticos para serem pacientes e cuidados por nós. A Passeata Paulista da Saúde serviu para manter viva na mente da população o que passamos no dia a dia e que esta profissão tão nobre não tem sequer um piso nacional e que sem a jornada de 30 horas para a enfermagem, os profissionais têm que se sujeitar a cansativos plantões de 12 horas e muitas vezes em mais de um hospital para conseguir minimamente manter um padrão decente de vida.

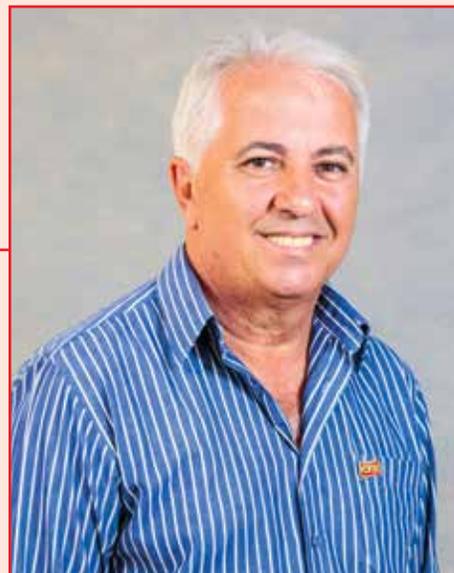
O movimento, organizado pela Federação da Saúde do Estado de São Paulo, teve como objetivo clamar à sociedade e aos empresários da

área da saúde que estes profissionais devem ser valorizados,

com salários dignos, jornada de trabalho menos estressante, segurança e saúde no seu ambiente de trabalho. Estas são as bandeiras levantadas pela categoria da saúde. Os profissionais querem ter mais tempo com a família, tempo para estudar e se aprimorar com as novidades da área, enfim, eles querem qualidade de vida para poder desempenhar bem seu trabalho.

A política na área da saúde tem que melhorar, tem que haver mais investimentos e não só em equipamentos, mas em recursos humanos, com número de profissionais suficientes para dar um bom atendimento a uma população que está desacreditada, enfrentando filas faraônicas em hospitais para conseguir uma consulta que seja. Parece que o dimensionamento de trabalhadores em hospitais não é visto pelos empresários e tampouco pelos nossos governantes, que fazem vistas grossas quando não veem lucro nas ações que fazem.

Por isso, a categoria tem que se mobilizar e sair às ruas, clamar por valorização e exigir que suas reivindicações sejam atendidas. Temos que nos unir e cobrar dos nossos políticos a aprovação dos projetos 30 horas e piso nacional, que estão parados, engavetados, enquanto nós nos desgastamos, trabalhando além da jornada, quando não em dois ou mais hospitais, visando um salário melhor para poder proporcionar à família um mínimo necessário de conforto e lazer.





**DIA ESTADUAL
DO TRABALHADOR
DA SAÚDE,**



**UMA DATA
QUE MERECE
RESPEITO
E HOMENAGEM**

NA ALESP

por Vera Bison



Que sentimentos podem suscitar uma manhã que reúne mais de 700 pessoas, todas unidas em clima de alegria, num mesmo lugar e por um motivo nobre?

Assim pode ser definida a manhã do dia 16 de maio, quando trabalhadores da saúde lotaram as galerias da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) para prestigiar a sessão solene que a Casa promoveu em homenagem ao Dia Estadual do Trabalhador da Saúde, comemorado em 12 de maio.

Desde que a data foi sancionada em lei pelo governador Geraldo Alckmin, em janeiro de 2004,

a Alesp reserva um dia no mês de maio para prestar homenagem aos trabalhadores da saúde, que têm na profissão a vida humana como alvo de toda a sua atenção, zelo e o melhor de sua capacidade profissional.

Além da Assembleia Legislativa, várias cidades do Estado, por meio das câmaras municipais e em parceria com sindicatos da Saúde prestam homenagem a esses trabalhadores. Eles são eleitos pelos colegas para serem seus representantes em sessão solene, com direito



a Diploma de Honra ao Mérito pelos relevantes serviços prestados à população. Uma celebração que acontece há 12 anos com a instituição do Dia do Trabalhador da Saúde em nível municipal. Este ano, na Assembleia Legislativa, mais uma vez, as galerias da ficaram lotadas de trabalhadores que vieram de diversas regiões do Estado para prestigiar a homenagem ao dia da categoria. Doze trabalhadores representaram os cerca de 700 mil profissionais das instituições filantrópicas e privadas do Estado e receberam as devidas homenagens em nome de todos. Eles foram indicados pelos sindicatos da Saúde de Araçatu-



“Esta homenagem é uma satisfação da sociedade em respeito ao profissional que enfrenta desafios diários para salvar vidas ...”

Rafael Silva
deputado estadual



Presidente Prudente



Jaú



Araçatuba



Franca

“As 30 horas vão sair, disto eu não tenho dúvidas, porque temos uma frente parlamentar que apoia esta ideia.”

Marco Aurélio Ubiali
deputado federal



Tupã e Dracena



Americana



Araraquara

ba, Bauru, Campinas, Franca, Jaú, Piracicaba, Presidente Prudente, Rio Claro, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba, que são filiados à Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

Para dar início aos trabalhos, a camerata da Polícia Militar orquestrou o Hino Nacional e, na sequência, o deputado estadual Rafael Silva (PDT), autor do projeto que deu origem à lei, instituindo o 12 de maio como Dia Estadual do Trabalhador da Saúde, enalteceu os trabalhadores que se dispuseram a vir de tão longe para prestigiar o evento. “Esta homenagem é uma satisfação da sociedade em respeito ao profissional que enfrenta desafios diários para salvar vidas e luta para vencê-los com sabedoria e dedicação”, diz ele, que defende o projeto de redução da jornada de trabalho para a enfermagem, alegando que

é uma forma de dar mais dignidade aos profissionais que convivem diariamente com a fragilidade das pessoas.

A solenidade contou ainda com autoridades, como os deputados estaduais major Olímpio Gomes e Davi Zaia, que também é secretário estadual de Gestão Pública; o deputado federal Marco Aurélio Ubiali; o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah; os vereadores Osires Silva (Pinhal), Luciano Lopes (Guarujá), Maurício Cassimiro de Leme (Itapira), Ricardo Silva (Ribeirão Preto); e a secretária de Saúde de Itapira, Rosa Iamarino, entre outras.

Durante a sessão, todos que discursaram no plenário foram unânimes em defender a aprovação dos projetos de redução da jornada da para 30 horas e do piso nacional para enfermagem. “As 30 horas vão sair, disto eu não tenho dúvidas”, porque temos uma frente parlamentar que apoia esta



Atibaia e Bragança Paulista



Santos



Campinas

Mais de 700 trabalhadores do Estado marcam presença na sessão solene da Alesp

Lutar pela valorização da categoria da saúde, com uma jornada de 30 horas para a enfermagem, um piso salarial que condiz com o seu trabalho, são bandeiras levantadas por milhares de profissionais do País e receber homenagem na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) é o reconhecimento da sociedade à tarefa que estes profissionais executam no seu

dia a dia para dar conforto àqueles que estão fragilizados, mesmo contando com uma infraestrutura falha, deficiente em todos os níveis, inclusive de pessoal.

É por isso que todo ano centenas de trabalhadores se deslocam de sua cidade para prestigiar os colegas que lá estão recebendo a homenagem em nome de toda a categoria.



Espirito Santo do Pinhal



Itapira e Mogi Guaçu



Bauru

ideia”, afirma o deputado federal Marco Aurélio Ubiali, “mesmo com a pouca vontade da governo, estamos lutando para isto acontecer e se vier com a mobilização dos trabalhadores, a força será ainda maior”, completa.

Major Olímpio lembra os trabalhadores que num ano de eleição se deve analisar muito bem os candidatos para não ser enganados mais uma vez. “Em toda campanha eleitoral, os candidatos prometem segurança, educação e saúde, mas passada a eleição, tudo o que foi prometido cai no esquecimento e a palavra empenhada não vale mais nada. Vamos mudar este País e eleger aqueles que realmente se comprometerão a melhorar este tripé que alavanca o País”, diz ele.

O deputado estadual Davi Zaia, que é sindicalista, sempre lutou pela valorização dos trabalhadores e agora mais que nunca apoia a luta da categoria da saúde por um salário mais





“Se a presidente Dilma quer melhorar a saúde, que comece pela base, pelos profissionais da saúde e não pelos médicos.”

Davi Zaia
deputado estadual



Amparo



Piracicaba



Sorocaba

digno e uma jornada menos estressante. “Se a presidente Dilma quer melhorar a saúde, que comece pela base, pelos profissionais da saúde, e não pelos médicos. Afinal, são eles que cuidam da nossa saúde; temos que melhorar suas condições de trabalho para que possamos contar com eles para os devidos cuidados quando estivermos fragilizadas e precisando de atendimento”, atesta ele, garantindo que vai continuar na luta junto com a categoria pela saúde destes profissionais e garantir a eles uma jornada reduzida de trabalho e um salário digno. Na sequência, os vereadores Ricardo Silva, Luiz Vergara, Maurício Cassimiro também deram o seu recado, afirmando apoio irrestrito à luta da categoria pela aprovação dos projetos que continuam esperando aprovação.

Após todos darem o seu recado e afirmarem apoio irrestrito à catego-



Marília



Rio Claro



São José dos Campos



Araras e Limeira



São José do Rio Preto

ria, os 12 trabalhadores da saúde, indicados para representar os cerca de 700 mil trabalhadores no Estado foram convidados a receber a justa homenagem.

Para finalizar a sessão solene, o presidente da Federação da Saúde do Estado de São Paulo, Edison Laércio de Oliveira, foi categórico em dizer que os projetos da área da saúde, 30 horas e piso nacional, têm que sair da gaveta, mas a categoria tem que se mobilizar e cobrar das autoridades competentes que eles sejam aprovados. “Os governantes não podem ignorar projetos tão importantes, que visam melhorar as condições de trabalho daqueles que



Em toda campanha eleitoral, os candidatos prometem segurança, educação e saúde, mas passada a eleição, tudo o que foi prometido cai no esquecimento.”

Major Olímpio
deputado estadual

“Os governantes não podem ignorar projetos tão importantes, que visam melhorar as condições de trabalho daqueles que cuidam da nossa saúde.”

Edison Laércio de Oliveira
presidente da Federação da Saúde do
Estado de São Paulo



cuidam da nossa saúde”, diz, afirmando que este é um ano de eleição e que os trabalhadores podem mudar a política do País, “porque nestes últimos 12 anos nada foi feito para a classe trabalhadora; tudo aquilo que é bandeira de luta nas campanhas eleitorais não é prioridade, portanto, em outubro, lembre-se de quem nos traiu e não merece a segunda chance”, enfatiza Edison.

Terminando, ele enaltece os profissionais que vieram de tão longe para prestigiar um dia muito especial, que é o Dia Estadual dos Trabalhadores da Saúde, aqueles que se desdobram para salvar vidas, esquecendo-se de si próprio e até da família, “portanto os nossos respeitos e vamos mudar este País”, conclui.

Os homenageados dão o seu recado



Nair de Souza Freire - Região de Araçatuba

A auxiliar de enfermagem da Clínica Santa Helena, de Araçatuba, Nair de Souza Freire, que é uma das

fundadoras do Sindicato da Saúde na cidade, foi a escolhida para representar seus colegas na região em virtude de sua dedicação aos pacientes durante os 42 anos de trabalho na área da saúde. O amor pela profissão é tão grande que após se aposentar foi para uma clínica particular para cuidar da família dos outros", diz ela, que luta junto com a categoria para que a redução da jornada de trabalho seja aprovada e que venha vinculada ao piso nacional, "mas a categoria tem que se mobilizar se quiser melhorar; os jovens, hoje, estão omissos e não têm vontade de lutar, deixam as coisas acontecerem e assim a saúde vai piorando", finaliza.



Ana Alice Clementino do Carmo - Região de Bauru

A técnica de enfermagem Ana Alice Clementino do Carmo que trabalhou no Hospital de Base de

Bauru, diz estar feliz por sentir que seu trabalho foi reconhecido. "Espero estar representando bem meus colegas", diz ela, que é realizada pela profissão que escolheu. Uma vida profissional marcada pela solidariedade, tanto assim, que, em 2013, após se aposentar, montou uma clínica de repouso para idosos. "É muito gratificante cuidar de pessoas, principalmente de idosos, que estão mais fragilizados. Um abraço, uma palavra de carinho é muito reconfortante e não custa nada", diz Ana Alice, que espera mais dignidade

para a categoria com a redução da jornada e um piso que dê mais qualidade de vida. "Esta é uma profissão muito estressante e nós merecemos os olhares dos nossos governantes para reduzir nossa jornada e conceder um piso que seja digno para exercermos nossas tarefas com tranquilidade", conclui.



Alcebíades da Rocha - Região de Campinas

O auxiliar de enfermagem do Hospital São Vicente de Paulo, em Jundiá, Alcebíades da

Rocha, mesmo após a aposentadoria, continua trabalhando, porque, para ele, poder contribuir para melhorar a saúde das pessoas lhe dá muita satisfação e ser homenageado na Assembleia é o reconhecimento do seu trabalho. "É superimportante receber esta homenagem, pois somos uma categoria lembrada por poucos e apesar de todos os desafios encontrados ao longo da caminhada, eu faria tudo de novo para melhorar a saúde neste País, que está sucateada", diz. Ainda, segundo ele, a entidade hospitalar não investe mais no funcionário, não oferece cursos para aprimoramento e a qualidade de atendimento fica abaixo do desejado. "A categoria tem que batalhar para a inclusão de cursos e outras melhorias que podem dar mais sustentabilidade no atendimento e se querem transformar o sonho em realidade, como é o caso das 30 horas, tem que se unir e cobrar dos governantes", alerta ele.



Ronildo de Paula - Região de Franca

O técnico de enfermagem Ronildo de Paula, que está há 26 anos na área da saúde, busca, como a maioria dos colegas

de profissão, melhorar seu salário, por isso tem dois empregos: Hospital do Coração e Hospital São Joaquim, em Franca. Por este esforço e profissionalismo, ele foi escolhido para representar



os colegas da região na Assembleia Legislativa. "É muito importante para mim o sindicato ter reconhecido meu trabalho", diz, alegando que por trabalhar em dois estabelecimentos hospitalar, ele não tem vida social e que isto acaba levando ao estresse, portanto ele espera que os projetos 30 horas e piso nacional saiam do papel. "Só assim os profissionais da saúde podem ter vida social, mais tempo com a família e até estudar para se aprimorar, mas a categoria tem que ir à luta ao invés de ficar só reclamando."



Arlindo de Souza - Região de Jaú

O técnico de enfermagem Arlindo de Souza Medeiros atuou no Hospital São Judas Tadeu, de Jaú, até a

sua aposentadoria. Ele, que é diretor-tesoureiro do Sindicato da Saúde de Jaú há 25 anos, vai continuar trabalhando para que a categoria seja respeitada e fortalecida. "Estar aqui hoje na Assembleia Legislativa representando os colegas da minha região é saber que meu trabalho em prol da categoria é reconhecido", mas ele se preocupa com a saúde do País e alega que "a saúde só é vista e lembrada quando acontece algo de errado na área. Fora disso é totalmente esquecida", completa ele, que espera maior empenho dos governantes para tirar a saúde do caos e dar um salário melhor para a categoria.



Carlos Roberto Ferraz Sampaio - Região de Piracicaba

O auxiliar de enfermagem da Santa Casa de Piracicaba Carlos Roberto Ferraz Sampaio, que está

há 22 anos na área, ficou surpreso ao saber que seria homenageado, pois o Sindicato deixou para avisá-lo quando chegasse na Alesp. "Vim apenas prestigiar, mas quando cheguei vi meu nome na mesa de homenageados, efiquei muito feliz", diz.

Um dia que o fez refletir sobre a saúde no País e a profissão. "Antigamente, nós trabalhávamos por amor e com garra. Se estávamos insatisfeitos com alguma coisa, fomos à luta, hoje sinto que falta união na categoria, por isso não avançamos", reflete, alertando os colegas de que tem que haver mobilização para conquistar os projetos inerentes à área da saúde, que, se aprovados, contribuirá e muito para uma vida melhor.



Sebastião Aparecido Matias - Região de Presidente Prudente

Há 38 anos no Departamento de Compras da Santa Casa de

Presidente Prudente, Sebastião Aparecido Matias vê a homenagem como o reconhecimento pelo seu trabalho, "uma razão a mais para vestir a camisa da categoria da saúde e lutar pela valorização dos trabalhadores", destaca ele, que espera maior interesse dos governantes para melhorar uma categoria que vive o seu dia a dia para salvar vidas. Ele enfatiza que a redução da jornada para a enfermagem geraria mais emprego, mas que esta redução tem que vir acompanhada com um salário digno para que os trabalhadores possam trabalhar em apenas um emprego. "Eles trabalham em dois ou mais porque um salário só não dá para suprir as necessidades sua e de sua família", esclarece.



Luci de Souza Santos - Região de Rio Claro

Trabalhar com disposição, alegria e dedicação foi o que levou a auxiliar de cozinha Luci de

Souza Santos, da Casa de Saúde Bezerra de Menezes, de Rio Claro, a receber a homenagem na Assembleia Legislativa em nome dos colegas da região. "É um momento de muita alegria saber que minha dedicação ao trabalho é reconhecida por algumas pessoas, pois nem sempre isto acontece", diz Luci, que espera que a categoria seja mais valorizada. "Os governantes precisam entender que nossa profissão é muito estressante e que

os trabalhadores da área da saúde merecem um salário digno para que possam trabalhar em um único emprego e ter mais tempo para se dedicar a outras atividades e ficar com a família", pontua ela.



Vera Lúcia dos Santos - Região de Santos

A técnica de enfermagem do Hospital Santo Amaro, do Guarujá, Vera Lúcia

dos Santos, é um exemplo de profissional que atua em prol da população. Além do hospital, ela tem um vasto currículo, o que a fez ser escolhida para representar seus colegas na sessão solene da Assembleia Legislativa e receber a homenagem em nome deles. Ela é empenhada em ações voltadas a melhorar a vida das pessoas, a defender as mulheres das violações domésticas, os direitos humanos, entre outras ações que envolvem justiça e solidariedade. "Estar aqui hoje, na Assembleia, representando os colegas é acreditar que meu trabalho é reconhecido, tanto no hospital quanto nos projetos que envolvem dar um pouco de dignidade às pessoas que estejam fragilizadas e precisando de ajuda", diz.



Abílio Barbosa Siqueira - Região de São José do Rio Preto

O auxiliar de enfermagem da Santa Casa

de Fernandópolis, Abílio Barbosa Siqueira, começou sua vida na saúde, em 1990, como porteiro, mas viu nesta área aquilo que gostaria de ter como profissão e decidiu investir. Fez um curso de auxiliar de enfermagem e conseguiu a promoção. Há 11 anos nesta função, ele garante que se encontrou profissionalmente e "estar aqui na Assembleia recebendo esta homenagem é porque reconhecem meu esforço e minha dedicação como profissional e eu me sinto muito honrado e divido este prêmio com todos os trabalhadores", diz. Como os demais colegas, ele considera que o trabalho na saúde é estressante, por isso vê

a redução da jornada de trabalho como uma opção para ter mais tempo com a família, "mas temos que lutar para o projeto ser aprovado, nada vem sem esforço", observa.



Maria José de Oliveira Coelho Quirino - Região de São José dos Campos

Auxiliar de enfermagem na

Santa Casa de Lorena desde 1987, Maria José de Oliveira Coelho Quirino se sente valorizada com a escolha para receber esta homenagem. "É muito bom quando você acredita no seu trabalho, porque tem sempre alguém observando, mesmo que você não saiba e acho que foi isto que aconteceu, portanto eu estou muito orgulhosa de apresentar este prêmio aos colegas, que também fazem parte desta homenagem", diz. Ela observa também que os profissionais da saúde precisam ter um salário melhor para não trabalhar em dois ou mais empregos. "Precisamos ser valorizados com salários dignos, jornada de trabalho reduzida e mais mão de obra para podermos dar o atendimento que a população espera e merece", completa.



Valdir da Silva - Região de Sorocaba

Atuando em diferentes funções na Santa Casa de Piedade, Valdir da Silva

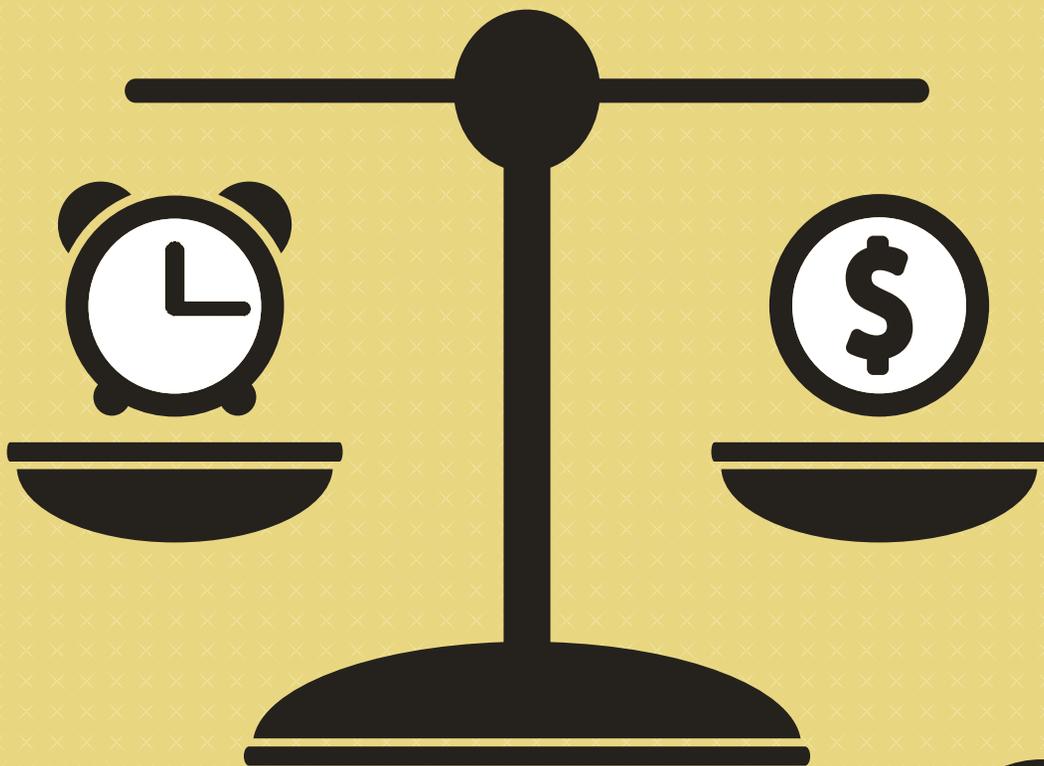
chegou a auxiliar de enfermagem, função que exerce até hoje. Para ele, cuidar das pessoas é fazer o bem a si próprio, mas para atender bem, segundo ele, é necessária uma carga horária menos estressante, "pois em qualquer área, o profissional tem a chance de consertar o erro, na saúde não, por isso, os governantes precisam dar mais atenção à saúde, que está abandonada, e valorizar aqueles que cuidam da saúde da população", diz. E faz um alerta aos colegas: "A categoria tem que se mobilizar e fazer sua voz chegar ao Congresso para que os projetos 30 horas e piso nacional sejam aprovados e já".



É COMO
UMA LUTA
QUALQUER,
MAS QUANDO
ELE DERRUBA
NÃO É PRA
LONA QUE
VOCÊ VAI.

31 DE MAIO
DIA MUNDIAL
SEM TABACO





30 HORAS



PISO NACIONAL

por Ana Carolina Barros

A categoria da enfermagem continua aguardando a aprovação dos projetos de lei a respeito da redução da jornada para 30 horas (nº 2.295/2000) e sobre a implantação do piso nacional (nº 4.924/2009), que ainda tramitam no Congresso Nacional e não têm previsão, até o fechamento desta edição, para se tornarem leis.

Há exatos 14 anos, os profissionais de enfermagem lutam, assim como as entidades que representam estes trabalhadores, para que sua jornada diminua. E a demora acaba sendo contraditória, pois outras categorias, como as dos servidores públicos do Estado de São Paulo, fisioterapeutas e assistentes sociais já conquistaram este direito. Além disso, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reforça as alegações dos trabalhadores e reconhece que a carga horária é mais benéfica para funcionários, pacientes e usuários.

Com menos tempo no Congresso, ou seja, cinco anos, está também o projeto do piso para a categoria, que, de acordo com a atualização do cálculo, feita no mês de maio deste ano pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), seguindo o PL, enfermeiros, técnicos e auxiliares deveriam ganhar no mínimo R\$ 6.247,74, R\$ 3.123,87 e R\$ 2.499,10, respectivamente.

Esses valores são bem diferentes da média dos salários dos profissionais de enfermagem praticados atualmente, que, segundo dado aproximado da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de dezembro de 2012, aplicado sobre os valores originais, a inflação de 2013, medida pelo INPC-IBGE, para os enfermeiros seriam de R\$ 3.851,71, e para técnicos e auxiliares de enfermagem, R\$ 1.702,12. É importante esclarecer que estes valores são uma média, pois existem diferenças regionais importantes e até mesmo entre hospitais.

“Por causa dos baixos salários, grande parte dos profissionais enfrenta dupla ou tripla jornada de trabalho, com risco inclusive para os pacientes que acabam sendo expostos a graves riscos, em virtude do desgaste físico, psicológico e emocional a que são submetidos”, afirma a diretora de Sede e Patrimônio

da Federação da Saúde do Estado de São Paulo, Leide Mengatti.

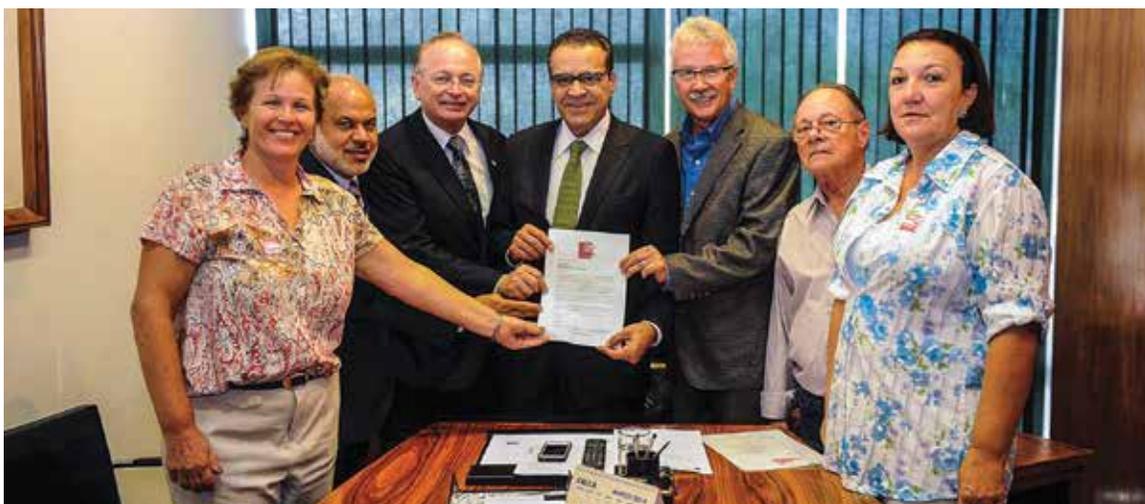
Federação pede apoio de parlamentares em Brasília

A reivindicação da entidade por essas duas propostas é antiga e ganhou um reforço em 19 de março deste ano, quando uma delegação representando a Federação paulista da Saúde foi a Brasília pedir o apoio do Legislativo Federal para que os projetos se tornem lei. Eles se reuniram com o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), para solicitar a votação imediata dos PLs. No encontro também esteve presente o deputado federal Marco Aurélio Ubiali (PSB/SP), relator do projeto do piso nacional.

O grupo, liderado pelo presidente da Federação da Saúde, Edison Laércio de Oliveira, entregou ao chefe do Legislativo Federal um documento solicitando a votação imediata do projeto das 30 horas. Os representantes da Federação também aproveitaram a ocasião para entregar outro documento, desta vez, aos deputados, para que a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara aprove o relatório feito por Ubiali sobre o piso nacional da enfermagem. O deputado fez uma reformulação no texto, com o objetivo de viabilizar a aprovação do PL, sem a inclusão dos funcionários públicos, em virtude da questão de aprovação orçamentária, ficando para um segundo momento a inclusão deste grupo em um PL complementar. O presidente da Câmara se comprometeu a lutar pela aprovação dos projetos, sem medir esforços, para que isto ocorra o mais rápido possível.

“O encontro com o presidente da Câmara foi muito importante para reforçar a atual condição de trabalho da categoria, que precisa fazer dupla ou tripla jornada para manter o sustento de suas casas, sendo urgente a aprovação do PL”, frisa o diretor de Imprensa e Divulgação da Federação, Luiz Carlos Vergara Pereira.

Na ocasião, o deputado federal Marco Aurélio Ubiali também assumiu o compromisso de falar com as lideranças do PT para manter o projeto das 30 horas



Marco Aurélio Ubiali, deputado federal; e Henrique Eduardo Alves, presidente da Câmara dos Deputados, entre os representantes da Federação paulista da Saúde Leide Mengatti, Luiz Carlos Vergara, Edison Oliveira, Aristides Agreli Filho e Edna Alves

em pauta. Desde o encontro, cinco requerimentos, pedindo a votação da proposta, foram apresentados por parlamentares, mas até agora não foram incluídos na pauta.

Pressão na votação das 30 horas

Após todas as lideranças partidárias da Câmara dos Deputados expressarem apoio ao projeto das 30 horas, como mais uma ação, a Federação da Saúde enviou no dia 29 de maio um ofício aos deputados federais, no qual pede o empenho de cada um para incluir o projeto de lei na pauta de votação, em regime de urgência. “Nosso pedido é em nome de toda a categoria, composta por mais de 3 milhões de trabalhadores da saúde”, enfatiza o presidente da entidade, Edison Laércio de Oliveira.

De acordo ele, a pressão pela aprovação da proposta acontece até que ela seja finalmente atendida.

“Estamos lutando pelas 30 horas há muito tempo. Os trabalhadores da saúde esperam que, após tanta expectativa, o projeto seja finalmente aprovado.”

Mesmo diante desses esforços, o presidente da Federação paulista da Saúde pede para que também a categoria da enfermagem e a sociedade se mobilizem e participem mais das ações em prol da aprovação dos projetos, cobrando uma postura das autoridades

O encontro com o presidente da Câmara foi muito importante para reforçar a atual condição de trabalho da categoria, que precisa fazer dupla ou tripla jornada para manter o sustento de suas casas, sendo urgente a aprovação do PL.”

Luiz Carlos Vergara Pereira

diretor de Imprensa e Divulgação da Federação da Saúde do Estado de São Paulo

políticas, seja por e-mail ou por telefone (www2.camara.leg.br ou (61) 3216.0000). “Este é um ano eleitoral, por isso esta é a hora de cobrar dos governantes as promessas feitas e também as necessidades da sociedade”, diz Edison.

Segundo ele, a aprovação das 30 horas para a enfermagem foi uma promessa da presidente Dilma e do então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que não honraram com o compromisso e são responsáveis por esta novela que se tornou a aprovação das 30 horas. “Envie e-mails para os deputados ou liguem para a Câmara. Vamos exigir que estes projetos se tornem realidade e melhore a qualidade de vida dos profissionais da saúde, bem como os atendimentos na rede de saúde”, finaliza o presidente da Federação paulista da Saúde.

Continua a luta para tirar do papel os projetos que beneficiam os profissionais da saúde

Por **Maria Hermann**

Presidente do Sindicato da Saúde de Rio Claro e Região e diretora cultural da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

A cada ano que passa se torna mais difícil negociar com os patrões reajuste salarial e cláusulas econômicas e sociais que beneficiem o trabalhador da saúde. Todo ano é a mesma coisa, as mesmas desculpas e os trabalhadores da saúde, principalmente os da enfermagem estão desestimulados; os jovens já não se empolgam tanto com os cursos na área da saúde e com isso já estamos enfrentando a falta de profissionais de enfermagem, que estão sobrecarregados de trabalho, ficando doentes e até cometendo erros por conta do cansaço, do estresse.

Já passou da hora de sermos mais bem reconhecidos pelos nossos políticos e governantes. É preciso que haja um comprometimento

Já passou da hora de sermos mais bem reconhecidos pelos nossos políticos e governantes.”

e não apenas promessa de campanha eleitoral. A aprovação da

jornada de trabalho de 30 horas semanais e do piso salarial nacional para os trabalhadores da enfermagem se tornou nossa bandeira de luta há muitos anos. Se os respectivos projetos fossem aprovados, veríamos corrigidas as injustiças sociais e teríamos o reconhecimento pelo trabalho que prestamos ao povo, sacrificando, às vezes, nossa família, nossa vida em prol da saúde dos cidadãos. Não basta apenas trazer mais médicos, porque sem os trabalhadores da enfermagem este programa será apenas mais um para tapear o povo brasileiro.

Precisamos da nossa categoria unida para

lutar pelos desejos e ideais e só a união é capaz de mostrar a força

de um povo trabalhador, comprometido com a saúde dos brasileiros, mas para que tudo isso aconteça, precisamos de políticos, deputados e senadores comprometidos com o desejo de uma vida melhor para os profissionais da saúde, principalmente os da enfermagem, e não somente promessas de campanha eleitoral. Você, trabalhador da enfermagem, venha carregar esta bandeira junto com nossos sindicatos e a Federação da Saúde do Estado de São Paulo. Venha lutar pela aprovação dos projetos de lei 30 horas e piso salarial nacional da enfermagem. E como cantava Geraldo Vandré: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer...”





Federação luta e conquista o direito do mínimo estadual para a categoria da saúde

Por Ana Carolina Barros • Fotos: Diogo Moreira

O piso estadual paulista foi instituído em 2007 pela Lei nº 12.640 e desde então os trabalhadores da iniciativa privada do Estado de São Paulo contam com um salário mínimo diferenciado do nacional, em média 15% maior, se comparada com a terceira faixa. Os três níveis salariais beneficiam os profissionais que não possuem piso salarial definido por lei federal, convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho. Com isto podem contar com uma renda maior, correspondente ao custo de vida e mercado de trabalho de seu Estado.

Em dezembro de 2013, o governador Geraldo Alckmin sancionou a lei que incluía apenas a 1ª e 2ª faixas do piso, deixando algumas categorias profissionais sem o reajuste anual do mínimo estadual. Diante disto, a atuação da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo foi de suma importância para que, já em 2014, fosse restabelecido o nível salarial da 3ª faixa.

O presidente da entidade, Edison Laércio de Oliveira, com o apoio de autoridades, como o secretário estadual de Gestão Pública, David Zaia; o deputado estadual Barros Munhoz, ex-presidente da Alesp; e também o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah; o secretário da instituição, Canindé Pegado e



Piso Regional

O Piso salarial estadual é reajustado todo ano, com base na inflação e no crescimento da economia. As faixas salariais deste ano ficaram definidas da seguinte forma:

Francisco Pereira Filho, da UGT, negociaram a retomada do piso com o governador de São Paulo. “Alckmin ouviu nossas argumentações, entre elas a de que a decisão seria um retrocesso para o Estado e também para os profissionais que pertencem à 3ª faixa salarial e não foram colocados em outra; e, além disso, seria uma tendência de rebaixamento do salário para as categorias envolvidas”, diz o presidente da Federação, lembrando que o governador voltou atrás na decisão e apresentou um projeto à Assembleia Legislativa de São Paulo ainda em dezembro do ano passado, o qual inseria novamente a 3ª faixa.

Em 11 de março, após o recesso legislativo, os deputados estaduais aprovaram a proposta e a sanção do projeto aconteceu no dia 24 de março. Desta forma, foi alterada a Lei 15.250/2013, que restabelece a 3ª faixa do piso estadual paulista, que passou a ser de R\$ 835,00. A assinatura aconteceu na sede da União Geral dos Trabalhadores (UGT), em São Paulo, e contou com a participação do presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do



Alckmin ouviu nossas argumentações, entre elas a de que a decisão seria um retrocesso para o Estado...”

**Edison Laércio de Oliveira
presidente da Federação paulista da Saúde**

Estado de São Paulo, Edison Laércio de Oliveira, e de representantes da entidade, como

Edna Alves, Sofia Claudete Rodrigues Borgesa, Maria Jerusa Tagiaroli de Abreu, Edna Alves, Luiz Carlos Vergara Pereira e Carlos José Gonçalves, entre outras autoridades políticas e sindicais.

“Todas as autoridades e representantes sindicais que se uniram à Federação nesta luta contribuíram muito com as negociações, que culminaram com esta decisão do governador. Esta é uma vitória de todos e para todos os trabalhadores paulistas e mostra que a união ajuda a conquistar nossos objetivos”, comemora o diretor de Imprensa e Divulgação da Federação Paulista da Saúde, Luiz Carlos Vergara Pereira.



Barros Munhoz, Francisco Pereira de Sousa Filho, secretário de Organização e Políticas Sindicais da UGT; Patah, Alckmin e Edison



FEDERAÇÃO DA SAÚDE
participa de seminário em

BRASÍLIA
para reforçar a aplicação da

NR-32
por Vera Bison

Buscando segurança e saúde nos estabelecimentos hospitalares, representantes da Federação da Saúde do Estado de São Paulo vão até Brasília para participar do Seminário Setorial com as Centrais Sindicais e Organizações Sociais, realizado pelo Conselho Nacional da Saúde (CNS), para reforçar a necessidade de aplicar a NR-32 nos estabelecimento de saúde.

O evento, realizado nos dias 21 e 22 de março, é uma etapa preparatória para a 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador que acontecerá em novembro deste ano.

O encontro teve como objetivo debater a implementação da política nacional de saúde do trabalhador do Sistema Único de Saúde (SUS).

Representando a Federação, Pedro Alberto Tolentino, diretor de Assuntos Parlamentares da Federação e secretário-geral do Sinsaúde Campinas e Região; e Carlos Alberto Rochadel, engenheiro de Segurança do Trabalho do Sinsaúde Campinas e Região, enfatizaram a necessidade do cumprimento da NR-32 em todos os estabelecimentos de saúde e sua devida fiscalização.

Eles alertaram também sobre a importância de melhorar vários aspectos para o trabalhador da saúde, a exemplo de redução da jornada de trabalho, dimensionamento do quadro de colaboradores nas unida-



Se os estabelecimentos de saúde cumprissem as normas de saúde e segurança para funcionários e colaboradores teriam profissionais mais saudáveis e um atendimento melhor ...”

Pedro Alberto Tolentino
diretor de Assuntos
Parlamentares da Federação

des de saúde, gestão hospitalar, condições de trabalho, além da necessidade de por fim à sobrecarga de trabalho e melhorar a qualificação, readaptação profissional e definição de carreira.

“É preciso garantir que a política de saúde seja aplicada para todos os trabalhadores da saúde. Só assim é possível solucionar as dificuldades apresentadas nesta área e nos estabelecimentos de saúde, sejam eles privados ou públicos”, ressalta Pedro Tolentino.

Durante o evento foi sugerido também a criação de uma força-tarefa entre os ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego, da Previdência, e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para o efetivo cumprimento da NR-32, uma vez que somente Brasil, Estados Unidos e Espanha possuem lei para implantação da saúde e segurança no trabalho em serviços de saúde.

“Se os estabelecimentos de saúde cumprissem as normas de saúde e segurança para funcionários e colaboradores, conforme estabelece a NR-32, publicada em 11 de novembro de 2005 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria nº 485), teriam profissionais mais saudáveis e um atendimento melhor na sua instituição, mas, infelizmente, a norma ainda não contou com a devida atenção dos estabelecimentos de saúde, que descumprem a maioria dos 208 itens que a compõem”, diz Tolentino.



Luta sindical começou em 1995

A questão da saúde e segurança no trabalho começou a ser trabalhada pelo Sinsaúde Campinas e Região em 1995 por meio de seminários anuais, denominados Cipa Saúde. Os encontros despertaram nos trabalhadores a necessidade de discutir com mais profundidade as causas dos altos índices de acidentes dentro das instituições de saúde e sua falta de controle.

Durante três anos, sindicalistas e trabalhadores se debruçaram sobre o assunto, contando com a contribuição de profissionais da área de segurança. Os documentos conclusivos eram encaminhados aos ministérios do Trabalho e da Saúde com a reivindicação para que se criasse uma norma própria para a área da saúde. “A partir do IV Seminário Cipa Saúde, em 1998, a batalha obteve a adesão da Federação da Saúde do Estado de São Paulo, que realizou, em conjunto, o seu primeiro seminário. Uma importante contribuição que resultou na publicação da NR-32 pelo Ministério do Trabalho, em novembro de 2005”, lembra Pedro Tolentino, que faz parte da Comissão Tripartite Permanente Regional (CTPR).

Os anos seguintes foram dedicados ao reforço e aprimoramento das ideias e propostas levadas ao governo, com diversos encontros e grupos de estudo, que envol-

A vitória da publicação da norma que garante segurança e saúde nos hospitais e estabelecimentos afins é de todos: dirigentes sindicais e trabalhadores da saúde.”

Carlos Alberto Rochadel
engenheiro de Segurança do Trabalho
do Sinsaúde Campinas e Região

veram a participação de milhares de trabalhadores. “A vitória da publicação da norma que garante segurança e saúde nos hospitais e estabelecimentos afins é de todos: dirigentes sindicais e trabalhadores da saúde”, pontua o engenheiro de Segurança do Trabalho do Sinsaúde Campinas e Região, Carlos Alberto Rochadel.

Ele destaca que a NR-32 estabelece os requisitos mínimos e as diretrizes básicas para que sejam implementadas medidas de proteção para os profissionais da área de saúde que trabalham em hospitais, clínicas, laboratórios e serviços médicos ocupacionais existentes dentro das empresas. “A norma resguarda trabalhadores que se expõem a riscos biológicos, químicos, radiações ionizantes, inclusive em lavanderias, limpeza e em conservação do ambiente. Segurança no trabalho é um assunto muito sério para o qual não se pode abrir exceções. A norma tem que ser cumprida”, enfatiza o presidente da Federação paulista da Saúde, Edison Laércio de Oliveira.



Presidente da Federação da Saúde é homenageado em Itapira

por Vera Bison

Em reconhecimento ao trabalho desenvolvido na área da saúde, o presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo e do Sinsaúde Campinas e Região, Edison Laércio de Oliveira, é homenageado na cidade de Itapira com o título 'Tenente-coronel Francisco Lourenço Cintra'.

A iniciativa desta homenagem foi dos vereadores Maurício Cassimiro de Leme e Carlos Alberto Sartori em reconhecimento aos relevantes trabalhos prestados à saúde da população itapirense e a cerimônia aconteceu na Câmara Municipal no dia 29 de novembro com a presença de aproximadamente 100 pessoas.

Além de convidados e vereadores, várias autoridades

locais estiveram presentes, a exemplo do prefeito, José Natalino Paganini; a presidente do Fundo Social de Solidariedade, Sonia de Oliveira Marques Paganini; a secretária de Saúde, Rosa Angela Iamarino, entre outras. Também prestigiaram o evento os diretores do Sinsaúde Campinas e Região Paulo Gonçalves (Pinhal); Sofia Rodrigues do Nascimento, João de Fátima (Campinas); Tina Rodrigues, Ed Marcelo Pracchias, Roseli Aparecida Silva Garcia (Itapira) e Isilda Grassi Cola Choquetta (Mogi Guaçu) e o administrador-geral do Sinsaúde, Almir Paulo Carlos Oliveira.

Abrindo os trabalhos da sessão solene, o presidente da Câmara, Carlos Alberto Sartori, emocionou-se ao falar do homenageado. "Como profissional da saúde

Edison Oliveira recebe título dos vereadores Maurício Cassimiro de Leme e Carlos Alberto Sartori



de, vivi muitos momentos de luta que Edison imprimiu para melhorar a saúde dos trabalhadores do setor, o que refletiu no atendimento à sociedade, por isso a proposta de homenageá-lo com esta honraria é o reconhecimento pela sua perseverança e luta”, pontua Sartori.

O vereador Maurício fez uma retrospectiva da vida do presidente Edison, desde que assumiu o Sinsaúde e a Federação e garante: “Ele se tornou um exemplo na vida dos trabalhadores da saúde, lutando pela causa que abraçou. Se hoje, os trabalhadores da saúde gozam de salário melhor e usufruem de vários benefícios e direitos, que vão além do que a lei garante, é em virtude da luta empreendida com os empresários da saúde.”

Para o prefeito, José Natalino Paganini, este foi um momento muito importante para a sociedade itapireense e de justiça. “Durante todos estes anos frente à vida sindical, ele (Edison) gerou laços de entendimento e de concórdia. Um laço surge quando duas cordas de tensão se unem, sem perder sua individualidade, para criar uma união que agrega um terceiro elemento, onde cada um mantém sua razão de ser e faz parte

Temos muita luta pela frente, visto que o sistema de saúde do jeito que está não aguenta mais. É preciso mudar.”

Edison Laércio de Oliveira
presidente da Federação
da Saúde do Estado de São Paulo

para formar o conjunto. Assim fez Edison, defendendo os interesses dos trabalhadores com o Estado e com o empresariado, mas tendo como objetivo, em seu horizonte de projeto, o fortalecimento da saúde. Deu exemplo de trabalho, de desprendimento, de coragem e de lealdade à classe e apoio à população, o que se destacou à frente de um sindicato que serve de modelo para o Brasil”, diz Paganini.

Edison Oliveira agradeceu a homenagem, dizendo que esta honraria lhe dá mais responsabilidade para continuar fazendo o melhor pela saúde. “Temos muita luta pela frente, visto que o sistema de saúde do jeito que está não aguenta mais. É preciso mudar”, diz, lembrando-se do companheiro de batalha, Hortêncio Iamarino, que foi um dos fundadores da sede em Itapira, na época em que assumiu o Sinsaúde Campinas e Região e que juntos lutaram para melhorar a vida da categoria da saúde.

Sintrasaúde

é homenageado

PELOS Correios

por Vera Bison



Praticar cidadania e tomar consciência de que promover ações sociais para minimizar algum problema da população, de um grupo, traduz-se numa atitude, num modo de estar em sociedade que tem como referência os direitos humanos, os valores de igualdade, democracia e justiça social. Ações como esta levaram o Sindicato da Saúde de Santos (Sintrasaúde) a receber um carimbo comemorativo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos pelos 75 anos de fundação. O evento para o lançamento do selo aconteceu no dia 6 de dezembro, no auditório da entidade sindical, num ambiente intimista, que contou com cerca de 100 pessoas. Entre elas Raul Cristiano, secretário de Cultura de Santos; Guilherme Alves Barbosa, dos Correios; Rogério Aparecido Deditivis, presidente do Clube Filatélico de Santos; 2ª vice-presidente do Sindicato dos Servidores Estatutários Municipais de Santos (Sindest), representantes da Prefeitura do Guarujá e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde (CNTS), além de diretores e colaboradores do Sintrasaúde.

Paralelamente ao lançamento do selo comemorativo pelos Correios houve exposição de coleções premiadas de selos e moedas do Brasil, para registrar os 75 anos de história na luta pela valorização dos profissionais da saúde. A exposição ficou aberta à visitação pública, onde aproximadamente 200 pessoas foram conhecer o acervo da mostra. A iniciativa de criar um selo comemorativo partiu dos Correios por avaliar que a entidade é um



dos mais atuantes e combatentes sindicatos da Baixada Santista. A preocupação com o bem-estar da população fez com que este sindicato recebesse simbolicamente o carimbo dos Correios. É um sindicato que, pelo terceiro ano consecutivo, coloca sua equipe nas ruas para promover a campanha de prevenção a HIV/Aids, arrecadando brinquedos, roupas, cestas básicas, entre outras mercadorias para serem entregues para as crianças mantidas pelo Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (Gapa).

“Esta homenagem muito nos honra, visto que nosso trabalho em defesa dos interesses dos trabalhadores da saúde e garantia de melhores condições de trabalho para a classe é reconhecido e este feito eu divido com todos que confiam em nosso trabalho e participam de nossas ações”, diz Paulo Pimentel, presidente do Sintrasaúde.

Sintrasaúde recebe selo dos Correios em homenagem aos 75 anos de história

Por Paulo Pimentel

Presidente do Sindicato da Saúde de Santos e Região, filiado à Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Em 10 de maio 2014 nossa entidade chegou aos 75 anos de existência.

Fazer três quartos de século não é para qualquer um, principalmente quando se chega com fôlego de adolescente e com a experiência que só o tempo nos proporciona.

Temos muitos motivos para comemorar e sonhar ainda com mais longevidade de nossa entidade, que sempre representou com muito empenho os trabalhadores da região da Baixada Santista, litoral norte e sul. As comemorações começaram no ano passado,

Temos muitos motivos para comemorar e sonhar ainda com mais longevidade de nossa entidade que sempre representou com muito empenho os trabalhadores da região da Baixada Santista.”

mais precisamente em 6 de dezembro de 2013, em nossa sede social, quando recebemos dos Correios o selo

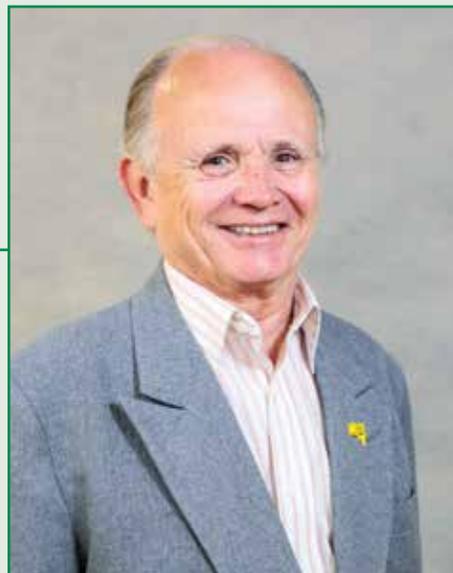
comemorativo aos 75 anos de existência de nossa entidade com coquetel especial e inesquecível, contando com a presença de autoridades, amigos, associados e trabalhadores da saúde.

Tal homenagem representa o reconhecimento de nosso trabalho e de nossa representatividade na região. Representa a luta constante por melhores salários e condições de trabalho dignas para os profissionais de saúde. Representa maior visibilidade para a categoria. Representa nossa gratidão a todos que

participaram da diretoria do Sintrasaúde, muitos dos quais já falecidos de

longa data, mas que ousaram lutar em favor da categoria da saúde. Representa o esforço de nossa diretoria que, mesmo na época da ditadura militar, não se curvou à vontade dos poderosos, que queriam extirpar os direitos dos trabalhadores. Este selo comemorativo imortalizará o momento atual e toda batalha que travamos para chegar até aqui e será um legado para as gerações futuras, que deverão entender o real significado da expressão: “Perseverar, sempre. Desistir, jamais!”

Parabéns a este “senhor” septuagenário que se reinventa a cada dia e que se mantém firme no caminho traçado por seus idealizadores no longínquo mês de maio de 1939. Parabéns, Sintrasaúde-Santos!



Federação da Saúde
e TST
defendem a volta da
contribuição assistencial
para todos os trabalhadores

por Ingrid D'Elboux



Muitos sindicatos oferecem aos seus integrantes benefícios que o Estado deveria promover e não fornece.”

Antônio José Barros Levenhagem
presidente do Tribunal Superior do Trabalho



Hoje, no Brasil, apenas uma parcela dos trabalhadores contribui com os sindicatos de sua categoria, pagando a taxa sindical.

Aqueles que não são filiados são obrigados a pagar somente o imposto sindical, descontado na folha de pagamento de março o equivalente à remuneração de um dia de trabalho.

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Antônio José Barros Levenhagem, discorda dessa norma. Para ele, os sindicatos devem ter o direito de retirar uma parte do salário do trabalhador, ainda que ele não seja filiado, para arcar com as despesas da entidade da categoria. O ministro é a favor de que a contribuição assistencial volte a ser descontada uma vez por ano de todos os trabalhadores e vai pedir esta mudança ao plenário. “Eles entram em negociação, conseguem vantagens para toda a categoria, mas só recebem a contribuição que serve para a manutenção da entidade daqueles que são sindicalizados. Os sindicatos não deixam de ter razão e isso acaba desmotivando na hora das negociações”, disse o ministro em entrevista concedida ao jornal ‘Estadão’, ressaltando também a importância do papel das instituições sindicais. “Muitos sindicatos oferecem aos seus integrantes benefícios que o Estado deveria promover e não fornece”, diz, citando como exemplos assistência médica e odontológica, práticas esportivas, entre outros.

A Federação da Saúde do Estado de São Paulo apoia a ação do ministro, reforçando que a luta das entidades beneficia todos os trabalhadores.

“Todos usufruem das conquistas do sindicato, por que então só alguns pagam a contribuição?”, questiona. “A luta é para toda a classe e não só para os associados”, completa a secretária-geral da Federação paulista da Saúde, Elaine da Silva Amaral.

Atualmente, a contribuição assistencial só pode ser descontada do empregado sindicalizado. Assim, como o imposto sindical, a contribuição assistencial também está prevista na Constituição, bem como na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entretanto, não existe definição legal sobre o valor e a maneira como ela é descontada da remuneração do trabalhador.

De acordo com a legislação trabalhista em vigor, esses fatores devem ser definidos por meio de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho. Se aprovada a volta da cobrança da taxa assistencial, os sindicatos poderão arrecadar por volta de 6% do salário-base de um mês do ano de cada associado. O intuito de estipular um índice é evitar que os sindicatos cobrem valores altos.



Nós conseguimos melhorias que são válidas para toda a categoria e o pagamento da taxa assistencial ajudaria a manter a entidade, contribuindo com futuras negociações.”

Elaine da Silva Amaral
secretária-geral da Federação paulista da
Saúde



Normativo anterior - nº 74

A norma antiga do TST, cancelada em 1998, permitia que a contribuição assistencial fosse descontada de todos os trabalhadores. A exceção era válida somente para aqueles que redigiam um termo, pedindo para não pagar tal taxa. Levenhagen defende que o órgão da cúpula da Justiça do Trabalho deve retomar a discussão para voltar à orientação que vigorava antes. Para que isso aconteça, ele precisa pedir à Comissão de Jurisprudência do TST, composta por três ministros, um posicionamento sobre o tema. Após esta etapa, passa pelo plenário, que reúne todos os ministros. Os sindicatos precisam desses recursos para a manutenção das entidades, que desenvolvem projetos e conquistam benefícios como, por exemplo, assistência médica e odontológica e assessoria jurídica. “Nós conseguimos melhorias que são válidas para toda a categoria, o pagamento da taxa assistencial ajudaria a manter a entidade, contribuindo com futuras negociações”, esclarece Elaine da Silva Amaral.

MPT

No Ministério Público do Trabalho (MPT), o assunto



não é consensual, porém o entendimento predominante é de manter a jurisprudência atual, ou seja, descontar a contribuição assistencial apenas dos sindicalizados.

Para o ministro Levenhagen, esta é uma questão que deveria ser debatida dentro de uma reforma sindical, mas que no momento não tem condições de implementá-la. Ele afirma que o modelo de custeio do sindicalismo é “antigo e arcaico” e contribui para que sejam criadas entidades de fachadas, já que não há fiscalização. “Isto prejudica muito nosso trabalho. Está na hora de serem revistas várias questões, entre elas a contribuição assistencial”, finaliza Elaine.

Centrais sindicais denunciam Ministério Público brasileiro à Organização Internacional do Trabalho

por Ingrid D'Elboux

As centrais sindicais brasileiras denunciaram, no dia 9 de junho, o governo do Brasil ao Comitê de Liberdade Sindical, chefiado por Cleópatra Dumbia Henry, devido à interferência do Estado, por meio do Ministério Público do Trabalho (MPT), nas atividades dos sindicatos.

A denúncia aconteceu na 103ª sessão da Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, e foi feita pelas centrais sindicais União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

Representando mais de 40 milhões de trabalhadores, as centrais sindicais acusam o Ministério Público do Trabalho de interferir nas atividades políticas e financeiras dos sindicatos. Tal interferência acontece quando o MPT tenta impedir as entidades sindicais de receberem contribuições, aprovadas em assembleia, para custeio e manutenção das atividades sindicais em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores.

Segundo o vice-presidente nacional da UGT, Lourenço Prado, o governo brasileiro não vem cumprindo a Convenção 154 da OIT, que determina que a prática da negociação coletiva deve ser incentivada em todas as atividades econômicas, inclusive no setor público, respeitadas as leis de cada país. A mesma convenção define a negociação coletiva como um procedimento destinado à elaboração de contratos coletivos de trabalho, tendo por fim fixar as condições de trabalho e emprego e regular as relações entre empregadores e trabalhadores ou entre as suas organizações representativas.



Lourenço Prado

Entenda a denúncia

As contribuições sindicais são aprovadas em assembleia geral das categorias profissionais, que conta com a participação dos trabalhadores filiados e não filiados beneficiados com as conquistas alcançadas pelos sindicatos.

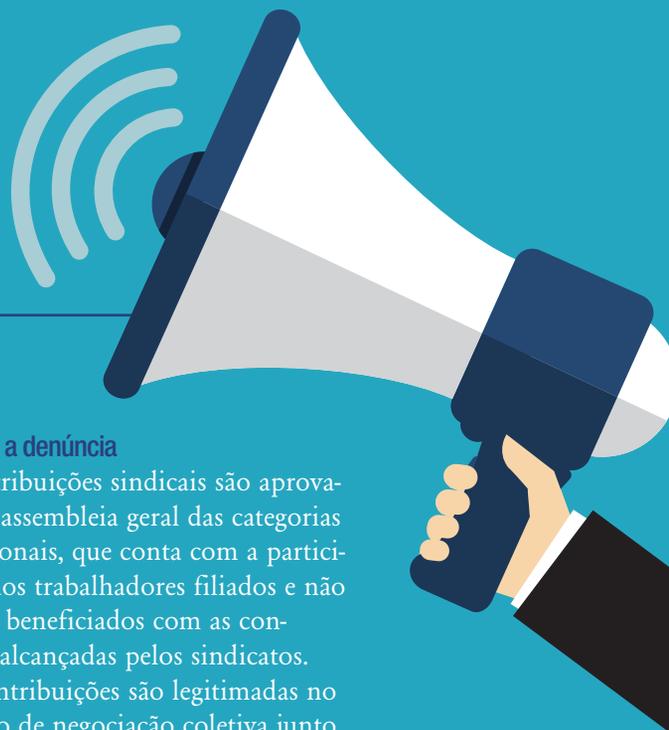
Tais contribuições são legitimadas no processo de negociação coletiva junto aos empregadores, para serem inseridas no instrumento coletivo - acordo ou convenção coletiva.

O impasse acontece quando o Ministério Público do Trabalho impõe medidas administrativas e judiciais, ainda que aprovadas pelo Poder Judiciário, às entidades sindicais. “O ministério move ação civil pública, pedindo anulação das cláusulas que envolvem a questão do direito do sindicato de arrecadar as contribuições que foram estabelecidas em convenção ou acordo”, explica Lourenço.

De acordo com a denúncia, a dupla intervenção estatal limita as fontes de receita dos sindicatos, o que gera efeitos negativos nas finanças. “O Estado brasileiro, por meio do Ministério Público, cria dificuldades e atrapalha negociações que prejudicam o nosso orçamento”, esclarece Lourenço.

“Isso vinha acontecendo há muito tempo, nós tínhamos que dar um basta, por isso resolvemos denunciar tais atos na OIT”, completa.

Em novembro deste ano vai acontecer um novo encontro da OIT, no qual, entre outros assuntos, deverá ser debatida tal denúncia.





DÍVIDAS

DOS PLANOS DE SAÚDE

Em ano eleitoral, a emenda que perdoaria uma dívida milionária das operadoras de saúde quase foi aprovada. Até quando vamos fazer vista grossa diante das infrações cometidas pelos convênios?

---- por Ingrid D'Elboux ----

O Governo Federal chegou perto de perdoar a segunda dívida dos planos de saúde em menos de um ano - em outubro de 2013, a presidente já havia livrado as operadoras de uma cobrança bilionária do PIS/Cofins.

Depois de passar pela aprovação da Câmara dos Deputados e do Senado, a emenda da Medida Provisória (MP) 627/2013 foi vetada pela presidente Dilma Rousseff, no dia 12 de maio. A proposta, redigida pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), perdoaria uma dívida de aproximadamente R\$ 2 bilhões das operadoras, valor referente às multas aplicadas pela Agência Nacional de Saúde (ANS) por descumprimento de contato.

Segundo assessores, a decisão veio após pressão de entidades, de defesa dos consumidores e médicas, e de profissionais da saúde contra a anistia. Além disso, a proposta de perdão a algumas das cobranças não tinha apoio oficial do Palácio do Planalto, apesar de ter sido endossada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Para o presidente do Sindicato da Saúde de São José dos Campos e Região, Carlos José Gonçalves, a rejeição da proposta pela Presidência faz parte do contexto político vivido pelo País, devido à proximidade das eleições. “A Câmara dos Deputados e o Senado deixaram o veto da emenda para a presidente. Em ano eleitoral, isto tem muito valor”, alerta.

Planos de saúde

Atualmente, os planos de saúde recebem uma multa por cada infração cometida, variando de R\$ 5 mil a R\$ 1 milhão. De acordo com a emenda proposta para infrações de mesma natureza, só seria considerada a multa de maior valor. Se a empresa fosse autuada de duas a 50 vezes só teria que pagar duas multas. Caso somasse de 51 a 100 infrações, a operadora teria de arcar com apenas quatro punições. Operadoras com mais de mil infrações só seriam obrigadas a pagar 20.

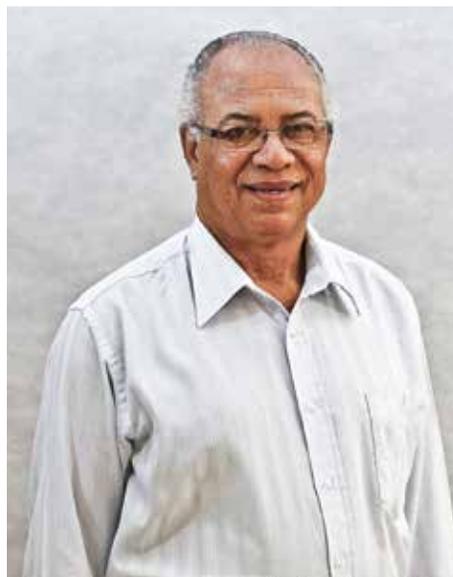


A Câmara dos Deputados e o Senado deixaram o veto da emenda para a presidente. Em ano eleitoral, isto tem muito valor.”

Carlos José Gonçalves
presidente do Sindicato da Saúde
de São José dos Campos

Carlos José Gonçalves explica que, na prática, se hoje uma operadora negar ao paciente um procedimento médico e o cliente fizer uma reclamação à ANS e tiver seu direito reconhecido, a empresa é obrigada a pagar uma multa de R\$ 2 mil. “Se esta mesma empresa negar dez procedimentos, por exemplo, ela pagará R\$ 20 mil. Caso houvesse a mudança e se o plano de saúde negasse de dois a 50 procedimentos pagaria apenas duas multas no valor de R\$ 4 mil, ao invés de até R\$ 100 mil”, esclarece.

Segundo João do Nascimento Carvalho, presidente do Sindicato da Saúde de Presidente Prudente e Região, essa emenda facilitaria ainda mais a ocorrência de



abusos que prejudicam pacientes, familiares e todos os profissionais da saúde, que são os responsáveis pelo atendimento à população. “Os R\$ 2 bilhões seriam muito bem aproveitados se fossem utilizados para a melhoria de hospitais e postos de saúde e investidos nos trabalhadores, que prestam atendimento à população”, enfatiza João.

Para ele, os incentivos no País parecem estar invertidos. “O governo nega mais recursos para um sistema que é de todos os brasileiros, o SUS, porém concede estímulos aos planos de saúde, que são empresas privadas e possuem seus próprios recursos”, finaliza.

PIS e Cofins

Apesar do atual veto, a presidente já perdoou uma dívida bilionária dos planos de saúde. No dia 25 de outubro do ano passado, ela sancionou a Lei 12.873, originada na Medida Provisória (MP) 619, e livrou as administradoras dos planos de saúde de uma cobrança do PIS/Cofins.

Desde 2003, a Receita Federal e os planos de saúde brigam no campo administrativo a respeito da cobrança desta tributação do setor. Com a sanção da lei, as operadoras venceram esta disputa. Não há cálculos precisos sobre quanto este “perdão” representou, mas se estima que a Receita deixou de cobrar perto de R\$ 4 bilhões dos planos de saúde.

Além disso, a base sobre a qual os tributos incidem

O governo nega mais recursos para um sistema que é de todos os brasileiros, o SUS, porém concede estímulos aos planos de saúde, que são empresas privadas e possuem seus próprios recursos.”

João do Nascimento Carvalho
presidente do Sindicato da Saúde de
Presidente Prudente

foi reduzida em 80%. Assim, foi excluído da base de cálculo do tributo todos os custos assistenciais das operadoras com clientes, como, por exemplo, despesas com hospitais e funcionários dos planos.

Por outro lado, a alíquota da Cofins que incide sobre o faturamento das empresas elevou em 1% e passou a ser 4%. “Porém, não devemos esquecer que a base de incidência do tributo diminuiu. As companhias estão pagando mais, entretanto, sobre uma parte menor do faturamento”, explica João do Nascimento Carvalho.

Unicidade sindical

garante organização e
evolução das entidades

por
Mariana Dorigatti

No início do século 20, jornadas de 14 ou 16 horas diárias eram rotineiras, assim como a opressão da força de trabalho de mulheres e crianças, havendo reduções salariais como forma de punição. Trabalhadores de diversas categorias eram explorados sem qualquer direito ou proteção legal. Felizmente, esta não é mais a realidade das classes de trabalhadores, que, após 200 anos do surgimento do sindicalismo, têm o amparo destas entidades que adquiriram peso social e força decisiva nos contextos nacionais.

“Desde a greve dos tipógrafos do Rio de Janeiro, em 1858, que foi o primeiro movimento paredista no País, os trabalhadores mostraram a força de uma categoria que se uniu contra as injustiças patronais e se conscientizou da importância dos funcionários para que a empresa possa funcionar. Sabendo de seu valor, o trabalhador não aceita as arbitrariedades do patrão”, ressalta o diretor da Federação paulista da Saúde e presidente do Sindicato da Saúde de Piracicaba e Região, Paulo Roberto Richieri.

Com o passar dos anos, as entidades foram se estruturando e até os dias de hoje seguem o princípio da unicidade sindical. Existente desde a Constituição Federal de 1937, ela prevê a organização das entidades sindicais, hierarquizadas por meio da pirâmide de sindicatos, federações e confederações. Desta forma, a representação dos trabalhadores é organizada mediante os graus das entidades, sendo sindicatos de primeiro grau, federações de segundo e confederações de terceiro grau.

“A representatividade é a efetiva capacidade da entidade sindical em ser a porta-voz dos seus representados, sempre obedecendo à pertinência e à base territorial, devendo ter como parâmetro o território de abrangência dos sindicatos conflitantes que pleiteiam a representatividade da categoria”, frisa Paulo Richieri.



... sabendo de seu valor, o trabalhador não aceita as arbitrariedades do patrão.”

Paulo Roberto Richieri
presidente do Sindicato da Saúde de Piracicaba

Tendo como base este princípio, a Federação paulista da Saúde conseguiu com que fosse restabelecida a vinculação do Sinsaúde São Paulo, que decidiu por bem se vincular à Federação dos Radiologistas. Esta decisão do Sinsaúde São Paulo desvirtuaria a pirâmide sindical, que em contrapartida, e defendida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), cujo presidente, José Lião de Almeida, é o mesmo do Sinsaúde São Paulo. “É no mínimo contraditório, o posicionamento do presidente da CNTS, que adota uma postura diferente quando lhe convém”, diz o presidente da Federação paulista da Saúde, Edison Laércio de Oliveira. Em defesa desta unicidade sindical, a diretoria da Federação representou junto ao Ministério do Trabalho (MT), que anulou a vinculação do Sinsaúde São Paulo à Federação dos Radiologistas. Posteriormente, em 19 de fevereiro, o juiz Walter Rosati Vegas Júnior determinou que a entidade restabelecesse a vinculação com a Federação paulista da Saúde. “Este é um princípio legal, então entendemos que a decisão do juiz dá legitimidade ao nosso trabalho e comprova a seriedade do mesmo, o que deve ser respeitado pelas lideranças sindicais que atuam no movimento. Foi uma importante vitória da Federação paulista da Saúde em nome da justiça e do que é correto”, destaca Edison.

Unicidade sindical x liberdade sindical

Por Roberto G. Richieri

Presidente do Sindicato da Saúde de Piracicaba e Região e diretor-procurador da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

A liberdade sindical é de suma importância, pois somente com uma entidade sindical livre, sem subordinação aos empregadores ou a limitações e intervenções estatais é que os trabalhadores poderão lutar pelos seus direitos. No Brasil, as entidades sindicais (sindicatos, federações e confederações) foram regulamentadas na década de 1930, mas com um viés corporativista e fascista. Eram instituições totalmente controladas pelo Estado, ineficazes para a garantia dos direitos dos trabalhadores. A questão mudou com o advento da Constituição Federal de 1988, que garantiu a vedação ao Poder Público de interferência e interven-

ção na organização sindical. Somente com o advento da Constituição da República

“Algumas confederações ferem o princípio da unicidade sindical, impedindo o bom desempenho dos sindicatos bem organizados ...”

Federativa do Brasil, de 1988, é que as organizações sindicais deixaram de se submeter a esse total intervencionismo estatal e ter viés corporativista.

O reconhecimento no ordenamento jurídico brasileiro da entidade de representação geral dos trabalhadores evidencia a maior liberdade de associação na seara das organizações sindicais e demonstra o abandono, pelo Estado, da pirâmide sindical inflexível.

Algumas confederações ferem o princípio da unicidade sindical, impedindo o bom desempenho dos sindicatos bem organizados, suas filiações e participação direta e talvez ao ar-

repio de suas fraquezas e comprometimento.

Não obstante, a

necessária compatibilização dos princípios constitucionais indica que a unicidade impede tão somente a sobreposição de representações no mesmo plano territorial, devendo, no mais, ser respeitada a liberdade sindical.

É fácil perceber que a base territorial dos sindicatos nunca será coincidente, mas, em se tratando de associações sindicais de grau superior, esta definição dependerá dos sindicatos que compõem as federações e das federações que compõem as confederações.

O conteúdo do princípio da unicidade sindical não informa limites mínimos ou máximos para a abrangência territorial das federações ou das confederações, que, logicamente, nunca será inferior a um município, pois esta medida deverá ser observada pelos sindicatos que compõem a base da organização sindical, onde não houver o devido respeito à unicidade e liberdade sindical.





Prosus, programa promete salvar as Santas Casas, não a saúde

Instituições filantrópicas têm apoio do Governo Federal para quitar dívidas. A Lei 12.873/2013, o Prosus, estabelece a renegociação de dívidas tributárias e bancárias dos hospitais sem fins lucrativos. E as dívidas trabalhistas? E a qualidade de atendimento?

por Vera Bison

“As entidades que desejam a moratória das dívidas com a União deveriam ser obrigadas a apresentar um programa de quitação das dívidas com seus funcionários, a exemplo de processos trabalhistas, recolhimento do INSS e depósito de FGTS.”

Edison Laércio de Oliveira

Presidente da Federação da Saúde do Estado de São Paulo



Termina em 9 de julho o prazo para as Santas Casas aderirem ao Prosus, o programa de fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área da saúde e participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde. Depois de um mês da regulamentação da Lei nº 12.873/2013 pelo Senado Federal e Câmara dos Deputados ainda não existe um levantamento que aponte o número de estabelecimentos que aderiram ao programa.

Conhecida como Prosus, a lei permite que as Santas Casas e entidades filantrópicas, que atendem ao SUS e que se encontram em grave situação econômico-financeira, a moratória de 15 anos para pagamento das dívidas tributárias e previdenciárias. Na prática, a isenção para quem permanecer rigorosamente em dia com os tributos correntes.

Para aderir ao Prosus, as instituições filantrópicas têm que garantir o acesso e a qualidade de ações e serviços públicos de saúde oferecidos pelo SUS; viabilizar a manutenção da capacidade e qualidade de atendimento; promover a recuperação de créditos tributários e não tributários devidos à União; e apoiar a recuperação econômica e financeira. Segundo a legislação, todos os 5,6 mil estabelecimentos de saúde que prestam serviços ao SUS poderão aderir ao programa, desde que apresentem um plano de estabilidade financeira e aumentem em 5% a oferta de atendimento na rede pública. Uma alteração proposta pelo deputado federal Antonio Brito e aprovada pelo Congresso Nacional garante ainda que o montante da dívida da moratória não sofra juros, nem correção de qualquer natureza, além de extinguir a lacuna entre a Lei

nº 12.873/2013 e a Portaria 535, que a regulamenta, assinada pelo ministro da Saúde, Arthur Chioro, e publicada em 9 de abril de 2014. A sugestão do deputado foi incluída no Projeto de Lei de Conversão (PLV nº 10/2014) e seguiu para sanção presidencial.

Lacunas não corrigidas

Para o presidente da Federação da Saúde do Estado de São Paulo, Edison Laércio de Oliveira, ainda existem muitas falhas na lei. Segundo ele, as entidades que desejam a moratória das dívidas com a União, deveriam ser obrigadas a apresentar um programa de quitação das dívidas com seus funcionários, a exemplo de processos trabalhistas, recolhimento do INSS e depósito de FGTS. Propostas neste sentido foram encaminhadas pela Federação à Câmara dos Deputados no final do ano passado, mas não mereceram a devida atenção do Congresso. “Até o momento, esta lacuna continua aberta e nós, da Federação paulista da Saúde, vamos continuar nos empenhando pela incorporação de medidas que garantam o cumprimento dos direitos dos profissionais da saúde”, destaca Edison.

Nós reconhecemos o trabalho de provedores, associações e equipes de trabalhadores da saúde que suam a camisa para atender com qualidade a população...”

Geraldo Alckmin
Governador do Estado de São Paulo

A entidade que representa os profissionais do setor ainda defende que outras contrapartidas sejam exigidas pelo governo às administrações das Santas Casas para que possam, efetivamente, reverter em melhoria na qualidade de atendimento. Cita exemplos como um programa de melhoria contínua nas condições de trabalho, redução da jornada de trabalho, o correto dimensionamento do quadro de funcionários, aprimoramento da gestão hospitalar e da qualificação profissional. “Só assim será possível solucionar a crise das filantrópicas, pois não adianta ‘perdoar’ as dívidas e aumentar o atendimento se não existir investimento nos profissionais da saúde para que eles tenham condições de atender à demanda com mais qualidade”, diz o presidente da Federação paulista da Saúde.

Exclusão do programa

As instituições filantrópicas precisam se estruturar para cumprir as determinações impostas pelo Prosus. Caso a instituição não consiga honrar com o compromisso poderá ser excluída do programa, o que implicará revogação da moratória e o imediato restabelecimento da cobrança da dívida tributária e não tributária remanescente. Há previsão na legislação que criou e regulamentou o Prosus de que a entidade poderá se submeter a uma direção técnica, por um período de até seis meses, prorrogável por mais seis meses, caso descumpra suas obrigações. “Esta decisão ficará a cargo do Ministério da Saúde e se não tiver um plano bem estruturado, o prejuízo poderá ser ainda maior para



Foto: divulgação

as entidades”, explica o presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo (Fehosp), Edson Rogatti.

O tema, segundo ele, foi até debatido no 23º Congresso da Fehosp, voltado para presidentes, provedores, diretores e administradores hospitalares de Santas Casas e hospitais beneficentes do Estado de São Paulo, realizado nos dias 6 a 9 de maio, no Guarujá, inclusive com a presença do governador Geraldo Alckmin, que reconheceu a importância dos filantrópicos para a saúde da população e que o governo tem o dever de garantir saúde para todos, os que podem e os que não podem pagar. “Nós reconhecemos o trabalho de provedores, associações e equipes de trabalhadores da saúde que suam a camisa para atender com qualidade a população, por isso temos que ajudar as Santas Casas, porque elas são da comunidade e deve atender bem a população”, disse o governador.

VOCÊ ACHA
QUE DEDICAM À SUA
SAÚDE
A MESMA
ATENÇÃO
QUE VOCÊ
DEDICA AO SEU
VOTO?

Um voto impensado é como um problema de saúde. Se não for levado a sério pode deixar sequelas irreparáveis.

**Cuide da saúde do Brasil. E da sua.
Vote consciente.**





Endometriose

além da menstruação

por Ana Carolina Barros

Duas correntes de pensamentos tratam de formas diferentes a causa da doença que só no Brasil atinge 6 milhões de brasileiras

Em 85 anos de estudos sobre a endometriose ainda não se sabe ao certo qual é a origem e a história da doença que atormenta as mulheres do mundo inteiro com dores e gera infertilidade. As informações também começaram a circular há pouco tempo e por isso o público feminino vem tomando conhecimento de que “dor não é normal”, assim como diziam mães e avós antigamente.

Até agora o que se sabia é que esse problema teria origem na menstruação. O endométrio em vez de seguir o trajeto normal do fluxo menstrual toma o caminho contrário, reflua (retrocede) para as trompas e cai na pelve, mais conhecida como bacia. No entanto, o que não é nenhuma novidade para a classe médica é que existe outra explicação para isso, a chamada teoria embrionária, desvendada pelo médico e cientista David Redwine, em 1998.

A causa para essa doença feminina estaria relacionada ao processo de formação do embrião e de fatores genéticos. Neste caso, uma falha nas células endometriais,

que deveria seguir para o útero, durante a formação do feto, toma outro caminho e por este motivo acaba, muitas vezes, afetando outros órgãos.

A teoria ganha seguidores após comprovações de que a menstruação retrógrada acontece em 90% das mulheres e somente 10% adquirem a endometriose, já que a primeira teoria, chamada de Sampson, baseia-se em especulações. Outros fatores ainda contribuíram para a aceitação desse grupo de especialistas, como a diferença em diversos aspectos do endométrio do útero em relação ao da doença e também do tecido ter sido encontrado em fetos.

“Com a vida adulta e estímulos hormonais, a endometriose se desenvolve, por isso a doença é diagnosticada, em sua maioria, nas mulheres em idade reprodutiva. No entanto, o problema é encontrado em meninas, mulheres sem útero e na menopausa”, explica o ginecologista, especialista em endometriose e doutor em Ciências Médicas pela Universidade Paulista de São Paulo (USP), Alysson Zanatta.

Dificuldade no diagnóstico x falta de informação

Segundo pesquisa da Sociedade Brasileira de Endometriose e Ginecologia Minimamente Invasiva (SBE), 6 milhões de brasileiras convivem com cólica forte, dor abdominal, sangramentos intestinais e urinários, dor nas relações sexuais e infertilidade. No entanto, apesar do principal sintoma ser a dor, que afeta aproximadamente de 5% a 10% das mulheres, até 40% delas podem ter a doença e não sentir dor. Elas só descobrem quando querem ter filhos e encontram dificuldade de engravidar.

É aí que entra a falta de informação associada à necessidade de mais profissionais capacitados, o que contribui, em média, de 7 a 12 anos para a descoberta da doença. “O tempo para o diagnóstico varia de caso a caso, pois depende da intensidade dos sintomas. Quanto maior a intensidade e frequência da dor, mais vezes a paciente procura por atendimento médico. Por isso é muito importante também que hajam profissionais de saúde capacitados para suspeitar do diagnóstico de endometriose, principalmente aqueles que prestam atendimento básico primário à paciente, para que estas sejam encaminhadas aos ginecologistas especializados para diagnosticar e tratar a doença”, explica o ginecologista e diretor da divisão de Endometriose da USP, Maurício Simões Abrão.

Segundo pesquisa da SBE feita com 5 mil mulheres com mais de 18 anos foi revelado que 88% não sabem como tratar o problema e 55% não sabem o que é a doença. E a auxiliar administrativo, Tamára Citrângulo Pereira Penna Chaves, de 31 anos, também não sabia até o diagnóstico em outubro de 2013. Ela se enquadra no perfil de brasileiras



Dizem que a doença causa infertilidade, mas eu engravidei, só que minha gravidez foi de risco, com cólicas e sangramento...”

Tamára Citrângulo
auxiliar administrativo

que, em média, descobrem a endometriose por volta dos 30 anos, devido à falta de informação e, principalmente, atraso no diagnóstico.

Por anos, as queixas de fortes cólicas durante o período menstrual a levou aos consultórios médicos, mas somente no ano passado descobriu que a endometriose era o motivo de tanta dor. O especialista que identificou a doença disse que Tamára convivia com ela há 12 anos, justamente pelos sintomas apresentados. “Dizem que a doença causa infertilidade, mas eu engravidei, só que minha gravidez foi de risco, com cólicas e sangramento. O médico acredita que a doença estava no início, então por este motivo engravidei”, conta.

Há vários métodos para detectar a endometriose, como ultrassonografia transvaginal com preparo intestinal, ressonância magnética, laparoscopia e o exame de sangue chamado marcador tumoral CA-125. O tratamento depende de cada caso e da linha teórica seguida pelo médico, que pode receitar medicamentos ou partir para a cirurgia.

“Como defendo a teoria embrionária, acredito que as medicações têm apenas a função de controlar os sintomas da endometriose. Para um tratamento mais efetivo, defendo a remoção cirúrgica, ou seja, a videolaparoscopia, que representa um sucesso de 50 a 70%”, afirma Alysson Zanatta. No entanto, ele alerta que o sucesso depende da habilidade e experiência do cirurgião. A capacitação dos profissionais é defendida pela classe médica do mundo inteiro, tanto para o diagnóstico quanto para o procedimento cirúrgico.



... se houvesse um laboratório de baixo custo em cada Estado para diagnóstico e tratamento da endometriose já ajudaria bastante estas mulheres.”

Caroline Salazar
jornalista

Luta

O Brasil não está atrasado em relação ao diagnóstico, dizem os especialistas. A luta para melhorar a assistência aos pacientes com endometriose e o próprio reconhecimento da doença como crônica tem sido empreendida pelos especialistas e pela Sociedade Brasileira de Endometriose (SBE). O acesso ao tratamento também é dificultado pelo custo, quando privado, e pela demora, quando público.

“O tratamento cirúrgico para endometriose requer um custo maior, devido à necessidade da tecnologia de materiais e instrumentais de videolaparoscopia, para que seja feito o tratamento, visando maior eficácia no tratamento das lesões, bem como seguindo os conceitos da cirurgia minimamente invasiva”, explica Maurício Abrão, que acredita ser preciso ter mais centros de referência para tratamento da endometriose e profissionais mais capacitados.

A jornalista Caroline Salazar há quatro anos batalha para que a endometriose seja reconhecida como uma doença crônica e para que sejam implantadas políticas públicas, que forneçam um atendimento de qualidade para as pacientes.

Ela descobriu a doença em 2009, aos 31 anos. A partir de então

participa ativamente por meio de seu blog “A endometriose e Eu” (aendometrioseeu.blogspot.com.br) e ações pontuais. Os relatos de como é a vida de uma mulher com endometriose fizeram com que a publicação se tornasse referência para pacientes, médicos e cientistas e também tornou a jornalista a primeira ativista desta causa no Brasil.

Segundo ela, são poucos os médicos que diagnosticam a endometriose e que alguns convênios não cobrem o tratamento, justamente por ser caro. “Em São Paulo é onde se encontra a maioria destes profissionais, por isso mulheres de outras partes do País vêm para a cidade em busca de um tratamento. Por isso, acredito que se houvesse um laboratório de baixo custo em cada Estado para diagnóstico e tratamento da endometriose já ajudaria bastante estas mulheres”, defende Caroline.

A jornalista hoje está livre das dores depois de passar por duas videolaparoscopias e diz que isto só foi possível após consulta com um proctologista. “As mulheres precisam saber que tanto o ginecologista quanto o proctologista podem identificar a doença”, esclarece.

Muito além da infertilidade

De acordo com pesquisa da Sociedade Brasileira de Endometriose e Ginecologia Minimamente Invasiva (SBE), a endometriose é responsável por 40% dos casos de infertilidade no Brasil, mas apenas um terço das brasileiras associam a doença à dificuldade de engravidar.

Apesar de estar ligada à infertilidade e à dor,

o que interfere na qualidade de vida, a endometriose ainda pode atingir outros órgãos e representar risco às pacientes se não tiver tratamento. Além de prejudicar fisicamente, a doença, pode trazer problemas psicossociais, frustração e isolamento. As dores, muitas vezes, fazem com que algumas mulheres evitem o sexo, deixem a prática de exercícios físicos e

de aproveitar os momentos de lazer.

“O governo precisa entender que a endometriose é uma doença séria, que incapacita muitas mulheres. Muitas delas perdem o sonho de ser mãe, perdem os maridos e ainda há um índice considerável de suicídio devido ao fator psicológico”, reforça Caroline Salazar.

Endometriose e as políticas de saúde pública

Por Edna Alves

Presidente do Sindicato da Saúde de Jaú e Região e 1ª secretária da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

A endometriose é uma doença do sexo feminino prevalente durante a fase reprodutiva da mulher.

Doença de múltiplas facetas, de difícil diagnóstico e tratamento e quase nunca o profissional atinge o resultado esperado, pois muitas vezes, o diagnóstico é feito tardiamente com complicações para órgãos, como ovários, trompas, intestinos, bexiga e trato urinário.

Doença benigna, porém com implicações para o lado do psiquismo da dor pela infertilidade e várias muitas é preciso apoio psicológico para controle da patologia.

Estudos mostram que cerca de 10 milhões de mulheres são portadoras da endometriose e em cerca de dois terços das pacientes o diagnóstico é feito de 8 a 10 anos após o início da doença.



Portanto, faz-se necessário que uma política governamental veja a doença sobre outro prisma e a saúde pública se preocupe em treinar profissionais, dando-lhes condições técnicas, aparelhagem, laboratório e exames de imagem a fim de que o diagnóstico seja feito precocemente.

Sabemos que a dor e a infertilidade são consequências do diagnóstico tardio da doença. Mesmo que os profissionais da área saibam que ela existe, que é séria e de difícil tratamento, as complicações severas, principalmente a infertilidade, deixa paciente e médico de mãos atadas diante do maior desejo,

que é a maternidade. Não só a paciente, bem como a família fazem parte desse cortejo desde o início até as complicações tardias incidentes à patologia. É necessário que o governo abra os olhos e crie mecanismos, por meio da saúde pública, dando condições aos profissionais e às instituições para um diagnóstico precoce, vendo novas avaliações refinadas sobre os impactos na qualidade de vida, na economia dos tratamentos, promovendo, assim, maiores confortos às mulheres e suas famílias.



... faz-se necessário que uma política governamental veja a doença sobre outro prisma e a saúde pública se preocupe em treinar profissionais ...”

||| Número de |||

FUMANTES

é cada vez

MAIOR

||| no Brasil |||



por Mariana Dorigatti

No dia 31 de maio foi comemorado o Dia Mundial sem Tabaco, criado em 1987 pela Organização Mundial da Saúde para alertar sobre as doenças e mortes evitáveis relacionadas ao tabagismo. Com relação a isto, a saúde brasileira realmente tem muito que comemorar. Nos últimos seis anos, o tabagismo diminuiu em todas as regiões do Brasil, entre ambos os sexos e em todas as classes sociais, exceto na classe A. Esses dados fazem parte do Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad), feito por pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que observaram que a prevalência de fumantes no País diminuiu 20%, passando de 19,3% em 2006 para 15,6% em 2012. A pesquisa mostra que a queda maior foi entre adolescentes do que entre adultos e mais acentuada em homens do que em mulheres.

O fumo diminuiu entre pessoas de todas as classes sociais, com exceção da classe A, que dobrou a prevalência de tabagismo (de 5,2% em 2006 para 10,9% em 2012). Uma das possíveis explicações para este dado

pode estar no fato de alguns fumantes deixarem o cigarro por ele pesar no bolso, tendo em vista que 6,4% das pessoas alegaram parar de fumar para economizar dinheiro.

Muitos vencem, mas muitos são vencidos na luta contra o cigarro.”

Luiz Carlos Vergara Pereira
diretor de Imprensa e Divulgação da
Federação paulista da Saúde

O ator Giuseppe Oristanio, que parou de fumar há seis anos, resolveu colocar esta economia na ponta do lápis. Calculando os 20 cigarros por dia que fumava, chegou a 43.800 cigarros que deixaram de ser consumidos. Com um preço médio de R\$5,00 o maço, o ator concluiu que teve uma economia de quase R\$11 mil no período. “Do ponto de vista econômico é assustador, mas isto nunca passou pela minha cabeça e nem foi determinante pra nada. A decisão de parar nunca passou pelo raciocínio econômico. Incrível mesmo é constatar a quantidade de cigarros que se fuma”, argumentou Giuseppe.



Ano de Criação do
'Dia Mundial Sem Tabaco'

Porcetagem
de fumantes
no Brasil

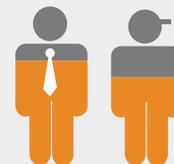
2006 19,3%

2012 15,6%



Número de
fumantes por
sexo

Número de
fumantes por
faixa etária



Consumo de
cigarros dentro
da classe A

2006 5,2%

2012 10,9%



Outros motivos também podem ter contribuído para a diminuição do número de fumantes nos últimos anos, como a Lei 13.541, conhecida como Lei Antifumo, que foi instituída em agosto de 2009. Após cinco anos de aplicação da legislação, o que era motivo de debates acalorados não se discute mais. A Lei Antifumo virou um hábito e o cheiro de fumaça em ambientes fechados de uso coletivo faz parte do passado.

Mais antigo que isso são as polêmicas embalagens de cigarro. Cerca de 40 países, incluindo o Brasil, obrigam os maços de cigarro a estamparem fotografias que mostrem os malefícios do produto. No Uruguai, uma pesquisa do Projeto Internacional de Avaliação de Políticas de Controle do Tabaco, observa que imagens agressivas que ocupam os maços de cigarros funcionam e podem ajudar o fumante a largar o vício.

Nesse país, as fotos de advertência ocupam 80% da embalagem, frente e verso. Com o aumento do tamanho das imagens, mais pessoas citaram a embalagem como motivo para abandonar o vício depois da mudança nos maços - de 21,6% para 32,4%.

Além disso, milhares de campanhas de conscientização contra o tabagismo são feitas todos os anos, seja por órgãos públicos, empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs), etc., para tentar convencer a população,



Do ponto de vista econômico é assustador..."

Giuseppe Oristanio
ator

geralmente pelo choque de realidade, dos malefícios do consumo de tabaco.

“Não sou especialista em nada, mas não vai adiantar chiclete, adesivo, pastilhas e nem acorrentar o cidadão.

O que vai dar resultado é uma decisão interna e verdadeira. Quando se chega a esta decisão, se pega a carteira de cigarros, joga-se fora e nunca mais. Foi este o meu caso”, explica o ator Giuseppe Oristanio.

Campanha ‘Combate ao Fumo’ da Federação da Saúde

Em apoio às ações contra o tabagismo, a Federação da Saúde do Estado de São Paulo lança a campanha ‘Combate ao Fumo’, que tem por objetivo mostrar de uma forma diferente que parar de fumar pode se tornar uma verdadeira luta. Em alusão a isto foi criada uma arte gráfica, em que um saco de pancadas tem a forma de um cigarro.

“Muitos vencem, mas muitos são vencidos na luta contra o cigarro. Por isto, queremos conscientizar as pessoas de que o melhor a fazer é fugir desta batalha antes que o tabaco se torne um adversário de peso”, adverte Luiz Carlos Vergara Pereira, diretor de Imprensa e Divulgação da Federação paulista da Saúde.

A campanha começa agora em todos os sindicatos filiados à Federação e vai até 29 de agosto, que é considerado o Dia Mundial de Combate ao Fumo.

Número de fumantes diminui. Já podemos comemorar?

Por Aristides Agreli Filho

Presidente do Sindicato da Saúde de São José do Rio Preto e Região e diretor de Legislação e Normas da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Os problemas causados na saúde das pessoas fumantes vêm sendo um tema de debate há anos. Nos últimos oito anos, segundo pesquisa feita, em 2013, pela Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), houve uma queda de 28% nas pessoas fumantes, mas que 11,3% da população ainda fumam. Mesmo assim houve redução, se compararmos que em 2006 este percentual era de 15,7%.

... os problemas relacionados ao fumo causam prejuízos enormes para a população fumante e não fumante ...”

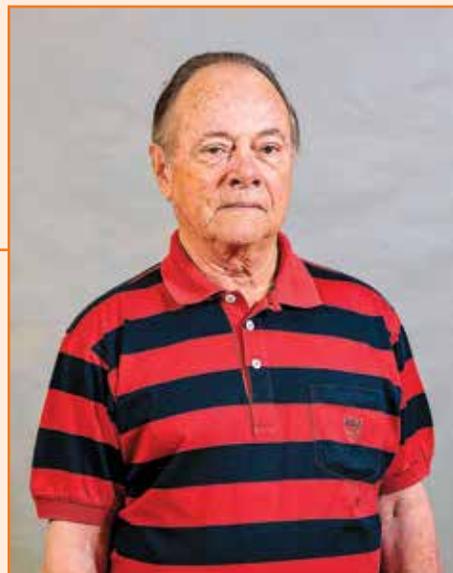
mas relacionados ao fumo causam prejuízos enormes para a população fumante e não fumante, pois o governo gasta milhões de reais anualmente para tratar os pacientes que adoecem em decorrência do tabagismo. Para mudar essa realidade é necessário mais investimentos nas campanhas educativas para evitar que os jovens comecem a fumar e, por outro lado, ampliar os grupos de apoio para ajudar os fumantes a largarem o vício. Todos nós sabemos que não é fácil, mas é preciso conscientizar as pessoas, principalmente, os jovens a não entrarem nesta roda-viva do vício, o qual é tão difícil de abandonar. Atualmente, no País, gasta-se mais para tratar as doenças causadas pelo tabaco do que em programas para combater o vício.

Esses dados são positivos, mas ainda preocupantes, pois os proble-

As propagandas que veiculavam o ato de fumar e de ser

uma pessoa mais bem aceita na sociedade já não existem mais, porque o governo investiu pesado, proibindo-as. Porém, ainda é necessário reduzir o acesso aos jovens que veem no ato de fumar uma forma de “status”. Isto é coisa do passado, jovens conscientes querem vida saudável, com prática de esportes e não preso a um vício. As restrições impostas por alguns governos de limitar as áreas destinadas aos fumantes ajudaram a diminuir o número de tabagistas, mas não é suficiente, tem que investir mais e criar regulamentos que dificultem o jovem à compra do cigarro.

Outro ponto positivo e necessário seria a realização de campanhas educativas nas escolas para conscientizar as crianças e os jovens dos malefícios e prejuízos que o cigarro causa à saúde e também à vida social.



ELEIÇÕES 2014 SEU VOTO VALE MUITO



por Mariana Dorigatti

Precisamos usar com consciência nosso poder de escolha, pois esta é a única arma capaz de construir um País mais justo.”

Leide Mengatti
diretora da Federação paulista da Saúde



Quem acredita que o evento mais importante de 2014 acaba em julho com a final da Copa do Mundo de Futebol está enganado. O evento mais importante do ano acontece no dia 5 de outubro, quando os brasileiros politicamente ativos vão às urnas eleger seus representantes. Entretanto, mesmo passados 27 anos da grande mobilização por parte da sociedade civil, conhecida como movimento Diretas Já, o povo parece ter se esquecido da importância de votar.

Agora a escolha é para presidente, governadores e deputados estaduais e federais. Daqui a dois anos haverá novo pleito e aí serão eleitos prefeitos e vereadores. Estes são, sem dúvida, os momentos mais importantes para o povo brasileiro. Escolher bem seus representantes é o caminho para o progresso e evolução, não apenas do País, mas também do seu povo.

A diretora da Federação paulista da Saúde, Leide Mengatti, destaca que a categoria dos profissionais da saúde, que já soma quase dois bilhões de trabalhadores deve ir na linha contrária desta tendência nacional. A área da saúde é uma das mais visadas em época de eleição. Sem exceção, todos os candidatos colocam o tema em suas promessas de campanha. “Daí para a prática é um desastre”, comenta ela.

“Precisamos usar com consciência nosso poder de escolha, pois esta é a única arma capaz de construir um País mais justo, onde as promessas são cumpridas e a corrupção deixará de ter espaço”, frisa Leide, lembrando que a categoria da saúde foi prejudicada com as falsas promessas.

A principal delas foi feita pela presidente Dilma

Roussef. Ainda candidata, ela se comprometeu publicamente a apoiar a aprovação do Projeto de Lei 2.295/00, que estabelece a jornada de trabalho de 30 horas semanais para profissionais da enfermagem, assim como o PL 2573/11, que regula o piso nacional para enfermagem. “A presidente garantiu apoio, mas hoje é o governo que trava a votação das 30 horas. Ficou nítido que a enfermagem foi esquecida pela atual presidência. A diretoria da Federação paulista da Saúde e dos seus sindicatos filiados continuam a pressionar os deputados e líderes políticos para que votem a nova jornada”, afirma Leide Mengatti.

Categoria quer mais representatividade na Câmara

Em toda a sua base territorial, a Federação promove o uso consciente do voto, em que os eleitores, sobretudo da área da saúde, devem se lembrar das promessas não cumpridas e conhecer melhor os candidatos antes de escolher em quem vai votar. No Poder Legislativo, a categoria da saúde já pode contar com dois representantes do povo, que se mostram atuantes em defesa

dos profissionais da saúde. Em Itapira, o vereador Maurício Cassimiro de Lima conquistou uma das dez cadeiras na Câmara Municipal em 2012 e, desde então trabalha para melhorar o atendimento da saúde na cidade. Já, em Franca, a população conta com o apoio do vereador Luiz Vergara, que também é presidente do Sindicato da Saúde de Franca e Região e diretor de Imprensa e Divulgação da Federação paulista da Saúde. Ele foi eleito pela terceira vez e já acumula uma história de lutas em prol dos trabalhadores da saúde.

Vergara é pré-candidato a deputado estadual e seu nome já foi referendado pelo Diretório Municipal e Estadual do PSB de Franca e foi homologado na convenção do partido em 20 de junho.

“Precisamos ter representantes em todos os níveis de governos, assim como têm as demais categorias de trabalhadores, inclusive os médicos”, raciocina Vera Lúcia Salvadio Pimentel, diretora da Federação paulista da Saúde e presidente do Sindicato da Saúde de Bauru e Região. “Os trabalhadores precisam votar de acordo com seus interesses, avaliar as necessidades que existem em sua área de atuação e apostar em quem eles confiam para promover a mudança. Por isso, devem avaliar bem o candidato, estudar seu currículo, ver o que ele já fez para a população e também considerar a posição e as ideias do partido político que cada um representa”, completa o vereador Vergara.

Ele acredita que desta forma, a categoria da saúde pode ter um representante dos trabalhadores na Câmara dos Deputados, ao invés de colocar a sua confiança em representantes mais alinhados com a representação e os interesses empresariais que é o que vigora atualmente. “Temos que escolher o nosso lado, o lado dos trabalhadores, pois são eles os mais necessitados de representação política”, acentua Leide Mengatti.

A história mostra a evolução

Desde 1824, ano da primeira Constituição até o final da década de 80, muitos avanços foram conquistados a duras penas. No início, apenas os homens maiores de 25 anos e com renda de 100 mil réis podiam votar. Os analfabetos demoraram quase 60 anos para conquistar o direito ao voto e as mulheres demoraram mais de um século para poder exercer seu papel como cidadãs.

Mas mesmo com toda a labuta para que se chegasse à democracia dos dias de hoje, os dados registrados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas últimas quatro eleições municipais levam à conclusão de que nunca houve antes tanto desinteresse por uma disputa eleitoral. Seja por não se sentir representado pelos concorrentes, seja por vontade de não participar do processo.

O primeiro dado que impressiona é a quantidade de eleitores que



Luiz Vergara

sequer compareceu às zonas eleitorais para escolher seu prefeito em 2012. Do total de 31 milhões de eleitores, cerca de 6 milhões não foram até as cabines de votação. A estes ausentes, somam-se aqueles que não escolheram nenhum dos nomes disponíveis na eleição. Foram registrados 837 mil votos em brancos e 1,5 milhão de nulos, o que chega a um total de 8.433.727 pessoas que não se sentiram representadas pelos políticos.



Maurício Cassimiro Lima

Participação política: a hora é agora!

Por **Erivelto Corrêa de Araújo**

Presidente do Sindicato da Saúde de Araçatuba e Região e 2º vice-presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Nós, trabalhadores da saúde, não sabemos quando nossas justas e merecidas reivindicações serão atendidas pelos que se dizem donos do poder. Nossas iniciativas estão paradas no tempo e no espaço, deixando-nos a ver navios. Os exemplos começam pela não aprovação das 30 horas, implantação da NR-32, investimentos na capacitação e aperfeiçoamento profissional e assistência médica para os que cuidam da nossa saúde e merecem qualidade.

Na realidade, está na hora de reverter esse quadro, mas isto só será concretizado quando estivermos unidos para aumentar a nossa representatividade política no Congresso, na Câmara dos Deputados e na Assembleia, onde a saúde continua não sendo prioridade. Estamos sofrendo seguidas derrotas, porque temos apenas o mínimo de representantes que, por mais que briguem, não conseguem as tão sonhadas vitórias.

Estamos a poucos passos de mais um importante evento eleitoral, onde os pretendentes aos cargos e os que pretendem neles continuar já se mobilizam para reunir o máximo de eleitores. Os que lá estão nos representando merecem o nosso apoio, mesmo porque continuam - embora com mínimas forças - buscando soluções para nossas reivindicações. Porém, há que se destacar que hoje somos mais de 700 mil trabalhadores na área da saúde e podemos, sem sombras de dúvidas, aumentar consideravelmente as nossas bancadas nas Casas de Leis.

Existe o ditado que diz: onde existe democracia tem que haver harmonia entre todas as categorias de trabalhadores. No entanto, no caso específico da saúde, a tão sonhada harmonia parece mais distante. Não está havendo a neces-

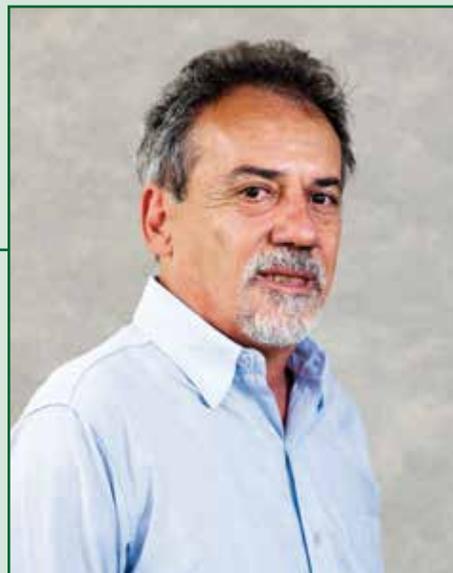
sária união de esforços em prol dos companheiros que também

podem representar a nossa categoria nos mais altos escalões da política nacional e estadual.

Os exemplos das nossas constantes derrotas nas três Casas de Leis são visíveis. A regulamentação da Emenda 29, em 2012, deveria ter colocado ordem no caos que é a saúde brasileira, pois previa percentuais mínimos a serem investidos em saúde, sendo 10% dos recursos da União destinados ao setor. No entanto, a presidente Dilma Rousseff vetou 15 trechos da emenda que foi aprovada, prevendo apenas a aplicação de 12% por parte do Estado e 15% por parte dos municípios. A parte da União fica de acordo com a variação do PIB (Produto Interno Bruto) do ano anterior.

Algum matemático já apresentou um índice exato sobre o crescimento econômico no ano? Claro que não. Por este e outros motivos é chegado o momento da nossa conscientização na hora de votar. Independentemente das ações partidárias, mesmo porque é livre a definição dos candidatos, temos que escolher aquele que realmente possa nos ajudar a conquistar tudo o que já estamos cansados de almejar.

Temos, sim, a obrigação de estabelecer um elo fortalecido e baseado na importância que temos perante a coletividade. Não há outra razão, senão aquela de pensarmos sempre que só a união é que faz a força. E esta força nós temos de sobra para sair fortalecidos no próximo pleito eleitoral que se aproxima. **A HORA É AGORA!**



A importância da participação dos trabalhadores da saúde na política brasileira

Por Luiz Carlos Vergara Pereira

Presidente do Sindicato da Saúde de Franca e Região e diretor de Imprensa e Divulgação da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Nas primeiras décadas do século 20, grupos de trabalhadores urbanos, juntamente com os sindicatos exigiam representação de seus interesses juntos aos patrões e ao Estado, e assim, aumentaram os movimentos de lutas organizadas, requerendo a legitimação de seus direitos. Neste processo, os trabalhadores estavam submetidos a explorações e, para tanto, existiam interesses comuns. Sendo assim, em meio a este conflito da sociedade capitalista, os trabalhadores se constituíram como classe, assim como os sindicatos da Saúde. Exigiam salários maiores, jornadas menores e condições de trabalhos melhores, sendo que inexistia legislação trabalhista como hoje. Com união, tiveram várias conquistas, no entanto ainda faltam benefícios, como o piso nacional e a redução de jornada de 30 horas.

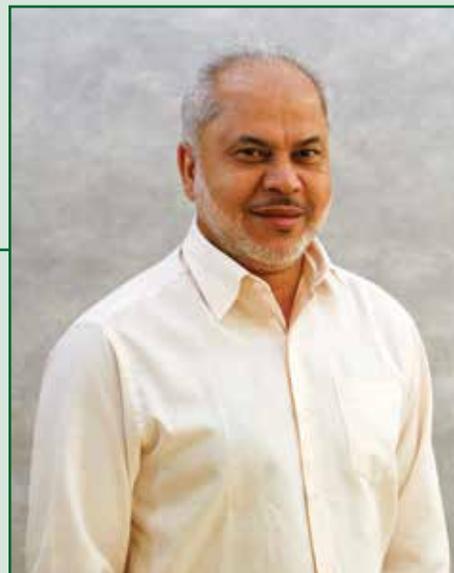
História

A partir da Revolução de 1930 houve mudanças significativas no movimento operário. As mudanças na política econômica reorientaram paulatinamente investimentos e prioridades para o setor urbano-industrial, sem ter qualquer grande ruptura com os interesses da grande lavoura. De 1964 a 1985 perdurava no Brasil o regime militar, caracterizado pela falta de democracia, supressão dos direitos constitucionais, etc. Porém, no final da década de 1970 se inicia no País um amplo processo de reestruturação da sociedade. Este período registra o enfraquecimento da ditadura e a reorganização de inúmeros setores da sociedade civil, que voltam a se manifestar publicamente, dando início ao processo de redemocratização e fortalecimento do movimento sindical, que representava os desejos dos trabalhadores.

Na trajetória da política pública de saúde é possível identificar a importância da participação social, onde a atuação de todos os envolvidos no processo se faz pertinente. Para a qualificação constante desta política no atendimento às demandas da população, o trabalhador retoma o papel de produtor e agente de seu trabalho, como insubstituível na produção do cuidado em saúde. Dificuldades históricas no reconhecimento do trabalhador e nas condições de trabalho são apresentadas recorrentemente nos documentos das Conferências e Conselhos de Saúde, demonstrando que o controle social já identificava a importância e reivindicava modificações no 'status quo'.

Quem representa você, trabalhador?

Mediadora de conflitos e intermediadora das demandas dos trabalhadores, a bancada sindical está sendo ameaçada de ser reduzida na próxima legislatura que será iniciada em 2015. Composta atualmente por 91 membros, poderá no próximo pleito (2014) cair pela metade, caso os trabalhadores e o movimento sindical não tomem providências para mantê-la e ampliá-la, principalmente se o eleitor não se conscientizar e votar em quem o representa. O papel do trabalhador não é apenas apertar o botão da urna de votação e sim se fazer presente junto a sua classe, participar das decisões de sua profissão e escolher corretamente seu representante, pois se o trabalhador ficar alienado, poderemos parar no tempo ou ter um retrocesso quanto nos benefícios conquistados.



Sindicatos filiados à Federação da Saúde do Estado de São Paulo

Araçatuba

Rua Afonso Pena, 1.328 - Vila Mendonça
Fone (18) 3622-1207
Site: www.sinsaudearacatuba.org.br

Bauru

Rua Cussy Júnior, 12-59 - Centro
Fone (14) 3234-6377
Blog: saudeeluta.blogspot.com

Campinas

Rua Duque de Caxias, 368 - Centro
Fone (19) 3739-4277
Site: www.sinsaude.org.br

Franca

Rua Arthur Marangoni, 2.421 - Vila Industrial
Fone (16) 3721-4855
Site: www.sinsaudefranca.org.br

Jaú

Rua Sebastião Ribeiro, 501 - Centro
Fone (14) 3622-4131
Site: www.sindsaudejau.com.br

Piracicaba

Rua Riachuelo, 1.111 - Centro
Fone (19) 3434-0424
Site: www.saudesin.com.br

Presidente Prudente

Rua Djalma Dutra, 759 - Vila Ocidental
Fone (18) 3222-7578

Ribeirão Preto

Rua Américo Brasiliense, 284 - 7º andar
Centro - Fone (16) 3635-1205
Site: www.sinsaudep.org.br

Rio Claro

Rua 02, 432, entre Av. 13 e 15 - bairro Saúde
Fone (19) 3534-0155

Santos

Avenida Ana Costa, 70 - Vila Matias
Fone (13) 3202-8074
Site: www.sintrasaudesantos.org.br

São José do Rio Preto

Rua Rio Preto, 3.271 - bairro Redentora
Fone (17) 3211-2525
Site: www.sindsauderipreto.org.br

Sorocaba

Rua Cel. José Prestes, 113 - Centro
Fone (15) 3219-1520
Site: www.ssaude.org.br

São José dos Campos

Praça Londres, 47 - Jd. Augusta
Fone (12) 3922-8151
Site: www.sindsaudsjc.org.br

Diretoria efetiva

Presidente: Edison Laércio de Oliveira
2º vice-presidente: Erivelto Correa Araújo
Diretora de Relações Públicas: Marilsa Sales Braga
Secretária-geral: Elaine da Silva Amaral
1ª secretária: Edna Alves
2º secretário: João do Nascimento Carvalho
Tesoureira-geral: Maria Jerusa Tagiaroli de Abreu
1º tesoureiro: Valdeir Magri
Dir. de Ass. de Previdência Social: Lierse Christovam de Almeida
Diretora de Recursos Humanos: Maria das Graças Artur Machado
Diretor-procurador: Paulo Roberto Gondim Richieri
Diretor de Relações Intersindicais: Milton Carlos Sanches
Diretor de Legislação e Normas: Aristides Agrelli Filho

Diretor de Imprensa e Divulgação: Luiz Carlos Vergara Pereira
Diretora cultural: Maria Hermann
Diretor de Assuntos Parlamentares: Pedro Alberto Tolentino
Diretora arquivista: Sílvia Cristina Ponce
Diretora de Sede e Patrimônio: Leide Mengatti

Diretoria - suplentes
Floraldo P. de Almeida
Vera Lúcia Salvadio Pimentel
Edmilson Aparecido Ferreira
Anselmo Eduardo Bianco
Maria Helena Anunciação de Souza
Maria de Fátima Marcon
Maria Ivaniide de Araújo Almeida
Maria Cecília da Silva
Heloisa Helena Teixeira
Francisco Sálvio de Almeida
Arnaldo Batista de Almeida
Ivone Carrocini
Irany Maria de Jesus
Marly Alves Coelho

Ana Ferreira da Silva
Maria Doniseti de Souza
Elidalva da Silva Lima
Hermínia Aparecida Cruz
João de Fátima

Conselho Fiscal - efetivo
Carlos Alberto Cairos
Elizabeth Antonia Bertin

Conselho Fiscal - suplentes
Sofia Rodrigues do Nascimento
Natalício Valério da Silva
Inês de Oliveira

Delegados representantes na CNTS - efetivos
Marta Alves de Carvalho
Paulo César Pereira Richieri

Delegados representantes na CNTS - suplentes
Ademilson Eleodoro de Carvalho
Zélia Aparecida Torquetti Spagnul



Filiado a



Esta é uma publicação da Federação da Saúde do Estado de São Paulo
Site: www.federacaodasaude.org.br
E-mail: contato@federacaodasaude.org.br
Presidente: Edison Laércio de Oliveira
Diretor de Imprensa e Divulgação: Luiz Carlos Vergara Pereira
Redação e criação: DOMMA Comunicação Integrada
Site: www.domma.com.br
Editora responsável: Sirlene Nogueira (Mtb 15.114)

Redação: Ana Carolina Barros (Mtb 58.939), Ingrid D'Elboux (Mtb 62.871), Mariana Dorigatti (Mtb 60.431), Sirlene Nogueira (Mtb 15.114) e Vera Bison (Mtb 12.391)
Editoração: Felipe Teixeira e Gabriel Viveiros
Capa: Felipe Teixeira
Tiragem: 5 mil exemplares

As matérias assinadas não condizem, necessariamente, com a opinião da diretoria e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



Federação dos Trabalhadores
da Saúde do Estado de São Paulo

www.federacaodasaude.org.br